

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Boletim 116

Geografia n.º 5

J. R. DE ARAUJO FILHO

A BAIXADA DO RIO ITANHAÉM

— Estudo de Geografia Regional —

TESE DE DOUTORAMENTO apresentada à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.



SÃO PAULO — BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor:

Prof. Dr. Ernesto de Moraes Leme

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor:

Prof. Dr. E. Simões de Paula

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Professores

GEOGRAFIA FÍSICA

Prof. Dr. João Dias da
Silveira

GEOGRAFIA HUMANA

Prof. Dr. Ary França

GEOGRAFIA DO BRASIL

Prof. Dr. Aroldo de Azevedo

Primeiros Assistentes

Profa. Elina Oliveira
Santos

Prof. Dr. José Ribeiro
de Araujo Filho

Auxiliares Técnicos

Prof. Aziz Nacib Al'Sá-
ber

Profa. Ely Goulart Pe-
reira de Araujo

Auxiliares de Ensino

Prof. Antonio Rocha
Penteado

Prof. João Soukup

Profa. Maria de Lourdes
P. de Sousa Radesca

Profa. Dra. Nice Le-
cocq Muller

Prof. Dr. Renato da Sil-
veira Mendes

Toda correspondencia deverá ser endereçada para

Rua Maria Antonia, 294

Caixa Postal N.º 8.105

SÃO PAULO — BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Boletim 116

Geografia n.º 5

J. R. DE ARAUJO FILHO

A BAIXADA DO RIO ITANHAÉM

— Estudo de Geografia Regional —



TESE DE DOUTORAMENTO apresentada à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.



SÃO PAULO — BRASIL

Ao Prof. Aroldo de Azevedo, colega e amigo, sob cuja orientação foi feito o presente trabalho, homenagem do autor.

Em memória de minha querida Mãe e a meu Pai e amigo.

À Ely, companheira de todas as horas, o meu sincero afeto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO — As razões da escolha do tema

I. A baixada do Itanhaém e seu quadro natural. — O litoral paulista e a baixada do Itanhaém. O relêvo e a costa. A rede fluvial. Característicos do clima. A sub-região costeira. A baixada interior. O quadro natural e a vida humana.

II. Povoamento e população. — As condições geográficas e o povoamento. O povoamento antigo. A população atual. Os tipos humanos. O caiçara, personagem-tipo da região. O homem do bananal.

III. A “vila” de Itanhaém. — Itanhaém e seu sítio urbano. Uma visão do passado. Itanhaém de nossos dias.

IV. A economia regional. — Uma vida econômica modesta. A cultura da banana no litoral paulista. A cultura da banana na baixada do Itanhaém. A cultura da banana e a técnica agrícola regional.

CONCLUSÕES.

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

I

INTRODUÇÃO

As razões da escolha do tema — Desde 1927 que conhecemos Itanhaém (1); o nosso contato com a cidadezinha foi, à primeira vista de espanto, ante o marasmo que ela oferecia. Saindo das ricas terras do planalto, como as de Ribeirão Preto, onde tudo era movimento e progresso, ficáramos abismados de, a poucos quilômetros de São Paulo, encontrar uma paisagem tão pouco trabalhada pelo homem, como aquela.

A cidadezinha não passava de um simples aglomerado de casario velho, grudado um ao outro (aqui e ali existiam alguns bangalôs de gente de fora), no mais típico aspecto de abandono; sem movimento comercial, pois não havia meia dúzia de casas de negócios e, assim mesmo, simples vendolas; sem nenhum melhoramento público (salvo água encanada), Itanhaém parecia-nos mais uma vila que propriamente uma cidade.

Essa impressão de desolamento dada pelo aglomerado urbano foi aumentada ainda mais, quando tivemos ocasião de entrar em contato com o seu “hinterland”, que parecia estar ainda à espera do homem. Rios em abandono, florestas alagadiças, sob um clima quente e super-úmido, onde a malária campeava, tudo ali dava a idéia de sertão bruto. Era uma paisagem tipicamente tropical, no ambiente e no cenário, desafiando a penetração humana.

Aquelas primeiras impressões da zona itanhaense jamais se apagaram de nossa memória.

Quando, mais de uma década depois, lemos um opúsculo sobre alguns aspectos da nossa já velha conhecida Itanhaém (2) feito pelo Prof. Simões de Paula, tivemos vontade de fazer um estudo de todo o vale do Itanhaém.

Essa vontade só se concretizou depois que, assistente do Prof. Aroldo de Azevedo, entramos em contato maior com a Geografia do Brasil.

(1) — Naquele ano minha família se havia mudado para Itanhaém, onde meu pai e um meu tio, que já haviam adquirido terras no vale do rio Branco, iriam principiar o plantio dos primeiros bananais da zona.

(2) — PAULA (E. SIMÕES de) — *O Caiçara e a Região de Itanhaém*. Contribuição ao Estudo de Geografia Humana Brasileira — S. Paulo, 1934.

Iríamos, então, estudar um trecho do litoral paulista quase que completamente desconhecido na bibliografia histórico-geográfica da nossa terra (3).

A baixada do Itanhaém é um dos muitos exemplos de baixadas tropicais, que o litoral brasileiro oferece, com toda a série de problemas que o quadro natural, ainda não vencido pelo homem, deixa perceber. Justamente num momento em que tanto se fala na penetração do interior, simbolizada na tão explorada frase “a marcha para o oeste”, é interessante mostrar que temos ainda muitas terras para explorar na retaguarda, em zonas que, embora palmilhadas desde a colônia, ficaram à margem da valorização, mercê de uma série de circunstâncias (4). O curioso é que a maioria dessas zonas marginais se situa à beira-mar, particularmente no litoral paulista,, porta de entrada da mais rica região brasileira.

Esta “vasta janela aberta para o mundo exterior”, como Delgado de Carvalho denominou a nossa costa, salvo alguns trechos mui restritos — somente a ilha de São Vicente no caso paulista —, como que serviu apenas de ponto de passagem para o colono que, avidamente, sempre foi atraído pelo interior desconhecido.

Questões de ordem puramente física (clima tropical super-úmido, florestas densas e emaranhadas, manguezais, zonas arenosas, solos difíceis de serem trabalhados), impediram o homem de ali criar riquezas compensadoras, de acordo com os métodos então usados. Ora, exemplos frisantes de como ficaram abandonadas pelo homem, são algumas baixadas litorâneas de São Paulo, de que Itanhaém é um exemplo expressivo.

Embora próximas aos grandes centros consumidores do planalto, ou do principal centro exportador do Estado, essas baixadas, como as da Ribeira e do Itanhaém, ao sul, e as do Itapanháú, Guaratuba e Juqueri-querê ao norte, estiveram até agora sufocadas por aqueles citados fatores naturais. Representam, assim, até o momento, o papel que também outras baixadas tropicais do planeta, vêm dando mostras, isto é, o de zonas pouco povoadas, de economia primitiva, de pouca civilização, enfim; papel que levou muitos geógrafos a profetizarem um futuro pouco promissor para aquelas regiões, graças à grande força dos fatores naturais dominantes (5).

(3) — Conforme teremos ocasião de demonstrar no decorrer do trabalho, poucos foram os que dedicaram algumas páginas à zona itanhaense, no campo da história. Com exceção de Benedito Calixto, que, aliás, não era historiador, mas que procurou mostrar aos seus contemporâneos o que havia de importante na história de Itanhaém ninguém mais tratou de seu passado; e quanto à geografia, menos ainda, pois, salvo o trabalho do Prof. Simões de Paula, nada mais se tinha escrito sobre a região.

(4) — OLIVEIRA (AMÉRICO L. BARBOSA de) — *Estudos Brasileiros de Economia — O desenvolvimento planejado da economia brasileira* — Monografia n. 1 Fundação Getúlio Varga — ano I, vol. I, junho de 1946.

(5) — GOUROU (PIERRE) — *Les Pays Tropicaux* — Presses Universitaires de France, Paris, 1947.

Mas, a geografia moderna nos ensina que, mesmo nas regiões mais ingratas ao estabelecimento do homem, pode êste, através da ciência e da técnica, e de um trabalho constante e bem dirigido, fazer verdadeiros milagres na sua reação contra os elementos naturais. São inúmeros os exemplos dessa luta do ser humano contra um meio físico hostil, mesmo entre nós, onde já se fizeram trabalhos notáveis de saneamento, como o dos sítios em que se encontram Santos e Rio de Janeiro, ou, num campo mais amplo, embora ainda inacabado, como o da Baixada Fluminense (6).

Tais problemas das baixadas tropicais, que para nós têm tanta importância, foram justamente postos na ordem do dia durante a última conflagração mundial, quando as Nações Unidas foram obrigadas a movimentar grandes contingentes humanos através de regiões tipicamente tropicais, em todos os continentes. Passado o conflito, surgiu a vontade do homem branco de aproveitar, da melhor maneira possível, as zonas tropicais, principalmente as situadas nas proximidades de litorais (7).

Entre nós, porém, continuaram as baixadas litorâneas no esquecimento, em resultado da famosa “marcha para o oeste”.

Já é tempo, pois, de fazermos qualquer coisa em prol de zonas que, mesmo difíceis de serem trabalhadas, estão em situação privilegiada, quando comparadas com as longínquas terras do Centro-Oeste ou da Amazônia. Devemos, antes de mais nada, explorar, dentro dos métodos racionais de trabalho, os vazios que se encontram ainda na retaguarda dos nossos grandes centros, colonizando-os, o mais breve possível. Povoando nossas baixadas litorâneas, estaremos não só criando novas riquezas, como, particularmente, provando que nas zonas tropicais também o homem branco pode criar civilizações.

Responsável também pela vida marginal que ainda hoje levam milhares de nossos patrícios, não só em São Paulo, mas por todo o Brasil, nessas baixadas tropicais é, a nosso ver, entre outras causas, a distribuição tributária. Dela pouco diremos, desde que tem sido objeto de críticas e discussões as mais diversas, e por escaparem do presente trabalho. Limitarnos-emos, para ilustrar, a dar algumas cifras comparativas da região litorânea, onde os municípios aparecem numa situação de inferioridade incrível no que diz respeito às suas rendas, quando comparadas com as que o Estado retém para si.

(6) — MENDES (RENATO SILVEIRA) — *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense* — Tese de doutoramento ainda inédita — Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1948.

SILVEIRA (JOÃO DIAS da) — *Baixas Litorâneas Quentes e Umidas* — Tese de concurso ainda inédita. São Paulo, 1950

(7) — GOUROU (PIERRE) — op. cit.

ANO DE 1946 (8)

Município	Renda estadual (Cr\$)	Renda municipal
SANTOS	259.226.613	25.365.178
SÃO VICENTE	4.806.228	2.290.53
ITANHAÉM	839.380	171.544
IGUAPE	404.380	218.746
UBATUBA	259.762	72.968

Por estes exemplos, podemos avaliar o quanto têm sido inócuas as nossas leis tributárias, que em pleno século XX ainda guardam sinais dos processos de exploração colonial aqui empregados pelo português (9).

No presente trabalho, procuraremos mostrar como o homem, embora penetrando na baixada do Itanhaém desde os primeiros tempos da colônia, ainda não conseguiu dominar o meio hostil que ali encontrou. Sômente nos últimos 20 anos foi que êle implantou na zona uma riqueza de certa monta; mas mesmo essa não teve, até agora, senão um papel secundário no que diz respeito à transformação da paisagem geográfica local. E' que ela foi baseada em métodos que absolutamente não condizem com os modernos princípios de racionalização do trabalho. De fato, a cultura da banana, que se faz em Itanhaém há quase um quarto de século, não correu nem mesmo para a melhoria das rendas municipais.

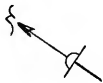
E, assim, a Baixada do Itanhaém continua a desafiar a reação do homem, à espera de que êste, mudando o método de trabalho, reaja de fato, criando ali uma paisagem verdadeiramente humanizada.

A todos aqueles que direta, ou indiretamente concorreram com o seu apoio para a elaboração deste trabalho, e particularmente aos caros colegas e amigos Ary França, João Dias da Silveira, Aziz Nacib Ab'Sáber e Antonio Rocha Penteado, que tantas vezes acompanharam o autor nas suas pesquisas de campo, dando-lhe sempre a sua colaboração científica e amigã, deixamos aqui os nosso sinceros agradecimentos.

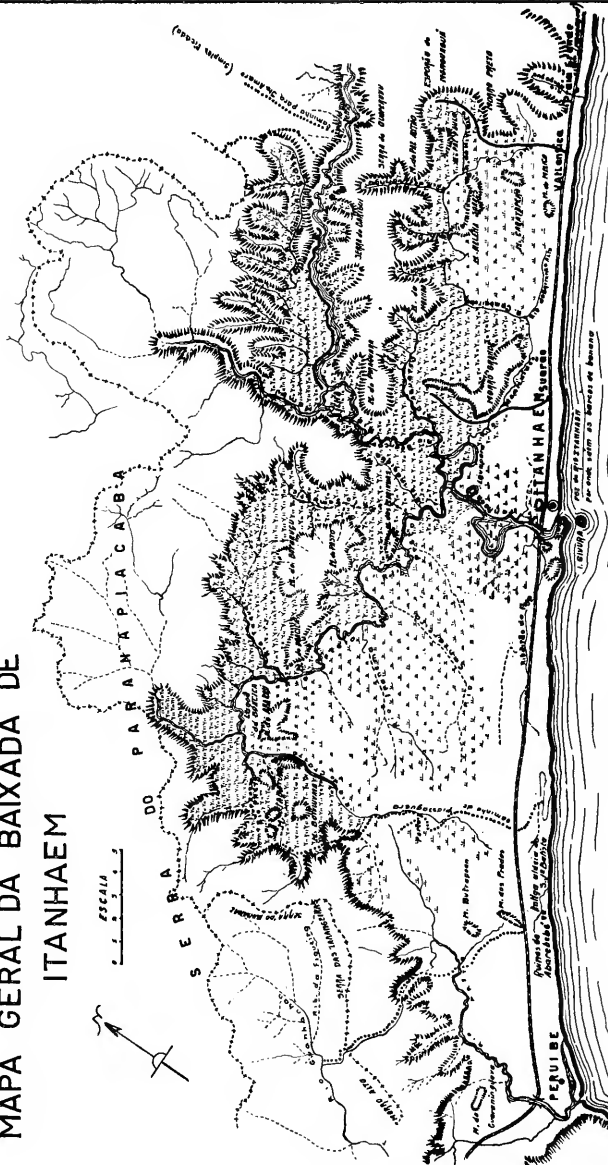
(8) — Dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística de São Paulo.

(9) — BERLINK (E. L.) — *Fatores Adversos na Formação Brasileira* — São Paulo, 1948.

MAPA GERAL DA BAIXADA DE ITANHAEM



ESCALA
1:100.000



- Primeiros Contrafortes da Escarpa da Paranapiacaba
- Morros e Colinas Isoladas
- Sede de Município
- Distrito
- Estação
- Estrada de Ferro Decauville
- Linhas de Trolei Decauville
- Picadas e Caminhos Antigos
- Zonas Pantanosas e Alagadiças, com Matas Esparsas
- Bananeais
- Mangueais

Baseado no Carta de Comissão Geográfica - Levantamento de 1914, com modificações de Autor.

1:100.000
F. de A. S. M. B. de
Manguais

CAPITULO I

A BAIXADA DO ITANHAÉM E SEU QUADRO NATURAL

— O litoral paulista e a baixada do Itanhaém. O relevo e a costa. A rede fluvial. Característicos do clima. A sub-região costeira. A baixada interior. O quadro natural e a vida humana.

O litoral paulista e a baixada do Itanhaém — O litoral paulista, estudado por muitos autores desde o século passado, só nos últimos tempos é que foi melhor compreendido, dentro do espírito geográfico. De alguns estudos feitos mais recentemente, puderam-se ter algumas idéias a respeito da unidade geográfica da região. De fato, dentro das várias paisagens oferecidas pelo Estado de São Paulo, o litoral forma um todo à parte, com aspectos próprios, quer física, quer antropogeograficamente falando.

Para os conhecedores dessa região, ressalta logo a pequena importância econômico-demográfica representada por esse trecho de São Paulo, que, salvo Santos e seus arredores, não chega a possuir mais de 1,5% da população total do Estado. De acordo com o que já tivemos ocasião de escrever num trabalho apresentado à IV Assembléia Geral da A.G.B. (10), numa superfície de 10.221 km.² vivem menos de 100.000 habitantes (99.016) apresentando uma densidade que não chega a 1/3 da média geral do Estado.

Não vamos aqui explicar as razões da pequena importância da região litorânea na atualidade, porque, em trabalhos publicados por estudiosos da nossa geografia, isto já foi feito (11).

Dentro dessa região existem sub-regiões e zonas que se destacam uma das outras, já por particularidades físicas, já por diferenças histórico-econômicas. De fato, é costume dividir-se o litoral paulista em duas grandes partes que chamaríamos de **regiões** — a do

(10) — ARAUJO FILHO (J. R. de) — *O Caiçara na Região de Itanhaém* — Bol. Paulista de Geografia, n. 2, julho de 1949, São Paulo.

(11) — CARVALHO (M. CONCEIÇÃO VICENTE de) — *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista* — Tese de doutoramento ainda inédita — Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1944.

DEFONTAINES (PIERRE) — *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* — Rev. Geografia, ano I, n. 2 — São Paulo, 1935.

FRANÇA (ARY) — *Notas sobre a Geografia da Ilha de São Sebastião* — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 5, S. Paulo, 1944.

Norte e a do Sul, que têm Santos e seus arredores como zona de contato. A primeira delas, isto é, a que vai de Santos às fronteiras do Estado do Rio de Janeiro, apresenta todos os aspectos de uma costa jovem; o trabalho predominante do mar é o de destruição, lutando para retificar a sinuosa linha da costa. A segunda, a que vai de Santos à divisa do Paraná, mais evoluída, apresenta todos os característicos de uma costa baixa e alagadiça, onde a ação construtiva do mar se faz sentir em larga escala.

No trecho Norte, a sinuosidade da costa concretiza-se: nas suas praias curtas e côncavas, que correspondem a pequenas baías e enseadas; nas pontas e costões abertos, onde os exemplos de falésias são dos mais expressivos; nas inumeráveis ilhas, muitas vezes ligadas ao continente por “tomboli” em formação; enfim, tudo ali nos dá esse aspecto tão característico de litoral recortado, de que os arredores de Ubatuba são um exemplo.

Já no trecho Sul, onde a linha de costa é menos dependente do relêvo vizinho, as praias se alongam por dezenas de quilômetros e as baixadas amplas resultam em monótona topografia, quebrada apenas pelo perfis da serra de Paranapiacaba no horizonte.

Mas, não são somente os aspectos morfológicos os diferenciadores destas duas porções litorâneas; também o homem aí lhes imprimiu deversidade, no que se refere à ocupação do solo. Quem hoje observa o trecho que vai de Bertioga a Ubatuba, onde se multiplicam as pequenas aglomerações e aldeias nos cantos das praias, nota imediatamente o contraste com o litoral Sul, onde a primeira impressão é de uma região desabitada. O Norte, mercê de uma série de fatores geográficos vantajosos à sua ocupação, sempre apresentou um povoamento mais denso e um aproveitamento melhor por parte do homem, que o Sul.

Vamos encontrar neste último, ao lado de certos característicos gerais permanentes, alguns aspectos particulares, que dão nascimento a sub-divisões, onde aparecem zonas individualizadas (12).

E' o que acontece com a baixada do Itanhaém, que, mercê da permanência do fator isolamento, quer com relação ao planalto, quer com relação a Santos e São Vicente, e, mais ainda, devido a jamais ter possuído uma riqueza no passado, forma uma zona à parte, dentro da sub-região a que pertence, caracterizada pela bacia hidrográfica do Itanhaém, pela baixada com depósitos quaternários e pelos mangues, jundus e florestas.

Parece-nos que uma das causas principais da reduzida importância demográfica e econômica da zona itanhaense, reside na sua situação geográfica. Colocada num daqueles trechos do litoral sul

(12) — MONBEIG (PIERRE) — *A Divisão Regional do Estado de S. Paulo. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. I, 1945-46* — S. Paulo, 1949.

paulista, onde as praias retilíneas dificultam o estabelecimento humano, tendo por limite interior o paredão da Paranapiacaba num de seus pontos de mais difícil acesso, ela ficou à margem das zonas produtivas, desde a era colonial.

O relêvo e a costa — A extensa faixa costeira, existênte entre Santos e Cananéia, é ocupada por uma baixada ampla que penetra cada vez mais para o interior, à medida que caminha para sudoeste, mercê do afastamento, nesta direção, da escarpa da Serra do Mar. Essa baixada acha-se, porém, repartida em unidades menores, graças à intercalação de esporões da Serra de Paranapiacaba, ou de pequenos morros, que a interrompem, ainda que raramente. Em quase 100 km. de costa, de Santos ao paredão dos Itatins, só existem o esporão do Mongaguá e os pequeninos morros de Taquanduva e Paranabuca a quebrarem a continuidade da linha de costa, cortando-a em duas extensas praias — Grande e Peruíbe — com 50 e 30 ks. respectivamente.

São estas duas praias que vão servir de limite externo à **Baixada do Itanhaém**. Contorna-a, pelo lado do interior, um vasto arco formado pela Serra de Paranapiacaba, cujas extremidades nordeste e oeste são dadas respectivamente pelos pequenos maciços de Mongaguá, Bananal e Laranjeiras. Fechada por êsse arco de terras altas, a baixada atinge, em sua maior reentrância, apenas 17 kms., de profundidade, em linha reta, enquanto que sua superfície pode ser avaliada em 392 km².

As idéias de Everardo Backheuser e de outros geólogos (13) sôbre o levantamento da nossa costa parecem encontrar confirmação em fatos observados neste trecho do litoral. Os sambaquis oferecem uma das provas mais evidentes do avanço da linha da costa em trechos do litoral sul do Brasil; e os de Itanhaém, ainda mais, por apresentarem um molusco fóssil, a "Azara Prisca", que já não vive nos mares vizinhos e que seria do período plioceno ou mais antigo (14).

Naturais ou artificiais, não importando o caso, êles são uma evidência de que o mar em tempos recuados tocava a base da Serra. Embora não concordem com a realidade, as distâncias dadas por A. Löfgren e aceitas por Benedito Calixto e E. Backheuser sôbre o afastamento dos sambaquis em relação à linha costeira (para aquêles autores chegariam a distar 50 km do mar, quando realmente não estão a mais de 20), não podemos deixar de consi-

(13) — BACKHEUSER (EVERARDO) — *A Faixa Litorânea do Brasil Meridional* — Ed. Essar de Frères, Rio 1918.

OLIVEIRA (A. IGNACIO) e LEONARDOS (OTHON) — *Geologia do Brasil* — Ed. Ministério da Agricultura, 1943.

PAES LEME (ALBERTO BETIN) — *História Física da Terra* — Ed. Brinquet, Rio, 1943.

(14) — LOFGREN (ALBERTO) — *Contribuição para a Arqueologia Paulista. Os Sambaquis de São Paulo* — *Bol. da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, 1893.

derá-los indícios de uma era em que o mar formava aí um amplo gôlfo.

Alem de vários sambaquís espalhados pelas margens dos rios Aguapeú, Branco e Prêto, há outros indícios do levantamento dêste trecho de costa. A cêrca de 3 km da praia, no local hoje denominado Furado Grande, ponto de encontro das águas dos rios Branco e Prêto, vamos encontrar uma ocorrência de areias marinhas, que aí formam um pequeno terraço de uns 5 metros de altura, apoiado num outeiro cristalino de uns 25 metros. (foto 1)

E ainda, já em contato com o mar, no costão de Paranabuca, temos outra prova do recuo do mar, marcado por dois níveis, no mínimo de plataforma de abrasão. Muitos especialistas que tiveram ocasião de visitar este costão foram unânimes em afirmar a existência de uma série de terraços no local (15) (foto 2).

Parece-nos, portanto evidente que a regularização da linha de costa, quase absolutamente retilínea, dando-nos aquêle aspecto monótono que já tivemos ocasião de frisar e que tanta individualidade dá a êsse trecho do litoral paulista, foi facilitada por êsses movimentos negativos do mar.

A rêde fluvial — Embora não possamos dizer que exista uma lagamar itanhaense, semelhante ao santista-viceentino, contudo a água representa aí um papel importantíssimo, desde que lembremos não estarem ainda as terras, em grande parte, consolidadas e livres do lençol líquido. Provam-no as rêdes de rios, canais, lagoas e pântanos que se sucedem em tôda a zona, desde as proximidades do mar até o sopé da Serra (16).

Poucos foram os cursos que puderam vencer sòzinhos a baixada e atingir o mar, organizando uma pequena rêde de afluentes; tal fato se deu quando conseguiram apoiar-se na base de maciços cristalinos, como aconteceu com o Peruíbe, junto dos Itatins, ou com o Mongaguá defendido pelo morro do mesmo nome. Domina na baixada o rio Itanhaém centralizador das águas que descem das encostas da Serra ou que se originam na própria planície; aliás, sua bacia é a maior do litoral paulista, depois da bacia da Ribeira de Iguape, e também, como aquêle rio, desobedece ao divisor geral de águas, tendo suas cabeceiras no planalto. De fato, o rio Branco da Conceição é o único da bacia que, mercê de um dêsses inúmeros fenômenos de capturas, tão comuns em trechos da Serra do Mar, através do trabalho de erosão regressiva de um pequeno

(15) BIGARÉLA (João José) — *Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná* — Bol. Geográfico n. 55 do C. N. G. — Rio.

Neste trabalho o autor cita os exemplos daqueles terraços visitados por êle e por professores do Departamento de Geologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Também os professores e assistentes do Departamento de Geografia, em visita recente, tiveram oportunidade de confirmar, ainda uma vez, o fato.

(16) Devezemos ressaltar a importância que até hoje possuem os levantamentos feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em todo o litoral paulista, cujos relatórios, e particularmente os mapas são os mais perfeitos que temos.

rio obsequente, conseguiu ultrapassar o divisor de águas, indo ter suas cabeceiras no planalto, de onde descamba pela escarpa em vale bastante encaixado.

O rio Itanhaém recebe este nome, com o qual chega ao mar, depois da confluência dos rios Branco da Conceição e Prêto, seus formadores.

O rio principal, o Branco da Conceição, embora tenha um bom trecho de seu curso na planície, possui um regime torrencial, devido não somente ao fato de nascer no planalto, de onde desce em saltos e corredeiras, como também pelo fato de possuir um vale encaixado, em forma de calha. Ora, por ocasião das chuvas de verão, a quantidade e a impetuosidade das águas do “monte” (como lá se diz) vão alagar a planície, assaz reduzida, inundando-a em poucas horas. Já com os rios Prêto e Aguapeú, os dois mais volumosos afluentes do Itanhaém, tal não acontece, porque ambos correm totalmente na baixada, paralelamente à praia, sendo que o último deles nasce mesmo a 3 km do mar e do qual foi barrado pelas restingas e dunas. Esses dois rios, além de correrem numa topografia quase horizontal, são ainda influenciados pelas marés, de maneira que, em grande parte de seus cursos, estão sempre cheios e com as águas quase imóveis.

Essas diferenças entre o regime das águas do Branco e as do Prêto e Aguapeú muita importância vão ter para o aproveitamento da zona pelo homem, pois, enquanto os dois últimos são navegáveis até quase suas cabeceiras, o mesmo não se dá com o rio Branco, que, apenas em regime de cheia, permite a passagem de pequenas embarcações, do médio curso para cima (17).

A presença da água, que se manifesta permanentemente em tôda a extensão plana, ocasionando uma série de problemas de escoamento, é um dos aspectos que mais impressionam na região. Infelizmente torna-se impossível citar valores, mesmo totais, da água que escoa, da que é retida sobre o solo ou mesmo da que tomba, em dado período, na bacia do Itanhaém.

As observações da descarga do rio Branco, realizadas no pôs-to hidrológico de Boturapoã, de fevereiro de 1936 a novembro de 1946, com algumas interrupções, pela “Ligth and Power”, permitem uma avaliação sumária, não do débito, mas das variações mensais do escoamento no principal curso d'água da baixada. É assim que, no conjunto, o regime normal se ajusta ao da pluviosidade.

(17) — A partir de 1930, as cheias do Rio Branco têm durado menos tempo, pois as águas escoam-se mais rapidamente através do “Furado Grande”, ao contrário do que faziam até aquela data. Quando tinha de seguir pela chamada “Volta Grande”, extenso meandro, que para se percorrer de canoa, leva-se mais de 1 hora. Para facilitar justamente a navegação, o homem tentará abrir uma vala no ponto em que o meandro se estrangulava, mas, esta vala dava passagem apenas durante a maré alta. Com as copiosas chuvas que caíram na região em 1929, o rio precipitou-se através daquele pequeno canal semi-aberto, rompendo-o violentamente. Hoje é ele o caminho natural das águas do Rio Branco, que nesse ponto se juntam às do rio Preto, perdendo este o trecho final do seu baixo curso, desde que o primeiro passou a correr em seu lugar.

As alturas máximas atingiram, nos casos extremos, até quase 5 metros (4,81 m. em dezembro de 1942 e 4,95 m. em fevereiro de 1945), acima do zero da escala de observação. As inundações têm lugar, praticamente, em qualquer mês, apresentando-se frequentemente com caráter súbito (por exemplo: em dias de junho e agosto de 1938, com, respectivamente, 3,10 m. e 3,15 m.; em setembro de 1939, com 2,25 m.; em novembro de 1942, com 3,43 m.; em outubro de 1943, com 3,05; em abril e maio de 1944, com 2,62 e 2,95 m., respectivamente, etc.). É, porém, nos meses chuvosos de verão que normalmente ocorrem as maiores alturas de vazão. Março, que se coloca no fim da época de maior pluviosidade, é um mês particularmente perigoso para os ribeirinhos da baixada, pois nessa ocasião os solos estão super-saturados de umidade e incapazes de absorver qualquer nova carga d'água.

As vazões mínimas têm lugar nos meses de inverno, normalmente. Mas, os seus valores também refletem irregularidades da mesma ordem das referentes às maiores descargas. Assim, é comum sucederem a outros períodos de máxima, débitos extremamente fracos, seguidos de novas descargas elevadas.

Característicos do clima — A pluviosidade, que dos elementos climáticos, é o mais importante e também o melhor conhecido na região, alcança, nas escarpas marítimas, normais da ordem de 2000 a 2500 mm. (18). Seus valores, são, possivelmente, mais elevados em algumas pequenas áreas, como as bacias do alto rio Branco e do Mambú (19). Com efeito, um pouco para leste e em direção normal à dos ventos marítimos predominantes, localiza-se a área mais chuvosa do Brasil, a dos escarpamentos que servem de fundo de cena às ilhas de São Vicente e Santo Amaro, onde o pôsto pluviométrico de Itapanhaú assinalou a impressionante média de 4500 mm. em 29 anos de observação (20).

Somos levados a crer que as escarpas que limitam a oeste a baixada do Itanhaén possuem regime pluviométrico idêntico ao de Itapanhaú, participando da mesma área climática. Mas não possuem séries de observações comparáveis às da rêde instalada pela "Light" na área de interesse para os seus reservatórios do planalto.

(18 — TORRES (FRANCISCO EUGENIO MAGARINOS), MORTERA (ARMANDO) — *Atlas Pluviométrico do Brasil (1914-1938)* — Ministério da Agricultura — Departamento Nacional da Produção Mineral, Divisão de Águas, Seção de Hidrologia — Bol. n. 5, Rio, 1948.

"LIGHT AND POWER" — Dados meteorológicos de alguns de seus postos.

(19) — Segundo testemunho pessoal, baseado no conhecimento dessas áreas e de outras do litoral, o Sr. Dr. W. Craig, chefe da seção de Climatologia da "Light", deu-nos a informação de que no vale do rio Mambú a pluviosidade é de 4.000 a 4.500 mm. anuais.

A êste distinto técnico, bem como ao seu auxiliar imediato, Sr. Andrade, que nos forneceram preciosos dados climatológicos e hidrologicos, além da copia do mapa pluviométrico de um trecho do litoral, organizado pela "Light", deixamos aqui os nossos agradecimentos.

(20) — *Atlas Pluviométrico do Brasil (1914-1938)* — op. cit..

Por êsse motivo, deixamos de utiisar aqui os dados fragmentários que nos foi possível obter e que têm valor muito reduzido (21).

Recolhendo as chuvas da bacia para encaminhá-las ao mar, a baixada apresenta, porém, níveis pluviométricos bem inferiores aos das escarpas, como tem sido registrado nos postos pluviométricos de Itanhaém, e Praia Grande (respectivamente com 2581,8 e 2325,9 mm. anuais).

Amplamente aberta para o mar, como é a planície, e oferecendo na direção dos ventos marítimos predominantes (S e SE) poucos obstáculos, é natural que a condensação da umidade e sua precipitação se realizem de encontro aos paredões da Serra, e também que os ventos deixem à sua retaguarda menores possibilidades de chuva.

Se na baixada é mais ou menos definido, no decorrer do ano, um período sêco, que tem lugar de junho a outubro, nas escarpas, pelo contrário, todos os meses não chuvosos, sobresaindo, como é natural, os do verão. É em março, entretanto, que têm lugar as mais pesadas chuvas, que se derramam sôbre a planície, inundando-a e traduzindo-se em enormes depósitos no curso d'água.

Resta fazer referência a outro elemento climático de grande importância, que são as temperaturas, das quais no entanto, não possuímos séries completas de observações. Domina na baixa um regime térmico de clima tropical marítimo. A média normal das temperaturas em Itanhaém foi de 21,° C de 1926 a 1938 e 1941 (pôsto meteorológico estadual) (22). Se os extremos absolutos não são dos mais elevados (máxima absoluta 38,08, mínima absoluta 5°) entretanto a sensação térmica é grandemente agravada pela umidade relativa, em média acima de 85%, e pela falta de circulação do ar em algumas bacias mais ou menos amparadas da influência dos ventos S e SE, como é o caso do vale encaixado do rio Branco.

A vegetação das dunas, sub-dunas e do próprio jundú traduz as condições particulares que reinam na franja costeira: um clima super-úmido aliado a solos paupérrimos, extremamente arenosos; os vegetais se desenvolvem quase que exclusivamente devido à quantidade de água que podem encontrar durante o ano, uma vez que a alimentação fornecida pelo solo é muito pobre. A consequência dêste fato é que, apesar da umidade do clima, a vegetação nessa faixa próxima do mar toma aspectos caracteristicamente xerofíticos.

Nos solos arenosos vizinhos do mar, particularmente nos divisores de água entre os rios Prêto e Aguapeú com o oceano e também nas praias, numa região de clima super-úmido, a obten-

(21) — Somente nos foi possível conseguir observações de 1931, 1937 e 1938.

(22) — SETZER (JOSÉ) — *Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo* — Separata atualizada do Boletim "D. E. R.", vols IX a XI, outubro de 1943 a outubro de 1945 — São Paulo, 1946.

E mais dados gentilmente cedidos pelo Dr. José Setzer ao autor do presente trabalho.

ção de água potável constitui um grave problema. Embora o elemento líquido exista em abundância (quer em lençóis pouco profundos, como se pode averiguar nas cisternas abertas nas restingas, quer em lençóis superficiais, de água estagnada, colocados imediatamente atrás das dunas em pequenas depressões) não pode ser utilizado pelo homem, pois a água ou é salobra, ou é de brejo. Cria-se, assim, para o habitante da região, um sério problema; quando êle não se estabelece próximo aos morros e outeiros cristalinos, tem que lutar com a questão do abastecimento de água potável, que, nos casos das praias Grande e Peruíbe, é, na maioria das vezes, substituída por aquellas águas de má qualidade.

A sub-região costeira — Se formos agora analisar mais de perto os aspectos particulares da baixada do Itanhaém, veremos que ela poderá oferecer uma série de fatos interessantes para a geografia física.

Antes de mais nada, é preciso que a dividamos nas duas porções bem caracterizadas: a *orla marinha*, holocênica, onde a deposição marinho-eólica se faz sem cessar, e a *baixada interior*, post-pleiocênica, onde, além do trabalho do mar, já evidenciado por provas concludentes, aparecem depósitos terrígenos predominantes, frutos da erosão fluvial nas encostas da Paranapiacaba.

Na *orla marinha*, longa e estreita, estende-se a faixa de praias, restingas e dunas, ocupando por isso, dentro da superfície total da zona, uma área bem pequena. Como já foi dito, as praias, alongadas e retilíneas, são na sua quase totalidade praias “mansas”; por isso mesmo as restingas se formam com mais rapidez, obrigando o mar a recuar. Há trechos, porém, em que essas praias se apresentam com forte inclinação, formando talude pronunciado na zona de arrebentação das vagas. São as chamadas praias “bravas” ou de “tombo”, e êsse é o caso da extremidade sul da praia Grande, já no sítio da cidade de Itanhaém (23), onde, poucos metros além da arrebentação, se encontram profundidades razoáveis. Isto se deve à foz do rio Itanhém, que acompanha a praia paralelamente por mais de 2 Kms., provocando intenso solapamento e correndo entre bancos de areias movediças.

Na praia Grande, sôbre as restingas, assentam-se dunas, cada vez maiores, que se tornam verdadeiros paredões a partir da foz do Mongaguá para sudoeste. Nas vilas de São José e Atlântica, encontram-se as maiores delas, com alturas que chegam a ultrapassar 10 metros, formando duas e às vezes até três linhas paralelas. Essas formações marinho-eólicas não só constituem importante elemento da paisagem da baixada, como também foram em parte responsáveis pelas direções complicadas e pelo escoamento difícil de vários cursos d'água da zona, pelo fato de barrarem a saída

(23) — Este característico tomado pela praia, junto á cidade, fez com que o homem procurasse, além do rio, suas praias de banho.

para o mar dos rios pouco volumosos. (Fotos 3, 4, e 5) São inúmeros os exemplos dos chamados rios “tapados”, como se pode ver, examinando o mapa do relêvo. Deve-se a existência das dunas principalmente ao sôpro da brisa do mar (24)

Contudo, não são sômente as praias, com suas formações, os únicos aspectos dessa primeira porção que denominamos de *orla marinha*. Há também, embora em trechos restritos, zonas de abração, onde aparecem costões abruptos, com falésias que fazem lembrar as existentes no litoral Norte. São os tão conhecidos costões de Itanhaém, frutos do contato dos outeiros cristalinos de Taquanduva e Paranabuca com as águas do mar, cuja altura máxima é de 50 metros. (foto 6) Essas saliências modestas que de longe se destacam na topografia tão horizontal, têm, contudo, muita importância para a zona em estudo. Elas não só quebram a continuidade da extensa praia Grande como também serviram de ponto de apoio às restingas que se formaram nesse trecho e cuja amarração se deveria ter feito, de um lado no extremo do esporão do Mongaguá do outro nos morros isolados (Caratapéra, Mélico, Grande, Convento, etc.), e finalmente nos três môrros da margem direita do rio, que são uma das bases para a formação da praia de Peruíbe.

Além disso, êsses outeiros apresentam hoje sinais evidentes de levantamento da costa, como os já citados terraços no costão de Paranabuca, ou a existência de orifícios arredondados, que bem poderiam ter sido feitos por animais marinhos, no paredão do morro do Convento que cai a pique sôbre a planície, olhando para o mar. (foto 7)

Ainda devemos citar, como resultado da existência dêsses outeiros, as duas pequenas praias de banho de Itanhaém (Prainha e do Meio), que se formaram à custa das restingas que hoje ligam entre si aquelas elevações. (foto 8)

Na Prainha, que é separada da praia do Meio por um pequeno outeiro de uns 15 metros de altura, o morro do Jacinto, forma-se um dos inúmeros exemplos de “tomboli”, que se notam com tanta frequência na zona santista; de fato, na pequena ponta formada pelo encontro das duas citadas praias no morro do Jacinto, está a ilha de Givura, quase ligada ao continente por um “tombolo” em adiantada evolução, numa fase mais próxima do final que o da ilha de Urubueçaba, na baía de Santos. (foto 9)

Êsses outeiros, que hoje estão sendo ocupados pelo homem, apresentam uma vegetação bem definida, caracterizada pela ocorrência de uma zonação que, em linhas gerais, é a seguinte: nos trechos rochosos, cobertura de plantas saxícolas (musgos, gravatás);

(24) — RAWITSCHER (FELIX) K.— *Algumas noções sobre vegetação do litoral brasileiro* — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 5, São Paulo, 1944.
CAMPOS (GONZAGA de) *Mapa Florestal do Brasil* — “Bil. Geográfico do C. N. C. *mpmeris* 9, 16 e 17, Rio, 1934-44.

em seguida, onde ocorre uma percentagem elevada de argila, aparecem andares de vegetação (por influência dos ventos vindos do mar), que se tornam capoeiras ralas nas partes voltadas para o interior, mais abrigadas; segue-se, a essa vegetação rarefeita, outro tipo que domina nas restingas e dunas, ocupando áreas mais extensas do que as precedentes: é o monótono **jundú** característico das praias paulistas e, mais ainda, da região que estamos estudando, onde, salvo aquêles tipos de vegetação que cobrem os outeiros cristalinos e uma área restrita de mangues que acompanha as margens do rio Itanhaém, no máximo até 3 km acima da sua foz, o mais é aquela cobertura vegetal que domina quase completamente a orla marinha. A paisagem botânica representada pelo mangue, dentro do conjunto da baixada do Itanhaém é insignificante, pois é somente neste rio que vamos encontrar a influencia das águas do mar até uma certa altura, invadindo as margens durante as marés altas. Nisto, a baixada em estudo faz contraste com o lagamar santista, onde os braços de mar se ramificam e penetram pela planície, ou a água salgada encontra livre caminho através dos inúmeros canais, estendendo bastante as condições favoráveis ao crescimento do mangue.

O **jundú** tem dado margem a uma série de estudos, que procuraram explicar não só a sua origem, como particularmente sua terminologia. Löefgren, Gonzaga de Campos, Rawitscher e outros dedicaram a essa questão páginas de seus trabalhos (25). O primeiro propôs mesmo a adoção generalizada do termo “**jundú**” para designar êsse aspecto da vegetação praiana, que tão bem caracteriza grandes trechos da costa paulista.

Não vamos aqui definir o termo “**jundú**”, porque êle ainda é discutido entre os botânicos e particularmente entre os geógrafos. Descreveremos apenas, a paisagem vegetal, tal como ela se apresenta aos nossos olhos nessa região.

O **jundú**, transição entre a flora nobre de halófitas e psamófitas, que povoa as praias e ante-dunas e a densa mata que domina a baixada, tem um aspecto que muito lembra o do serrado. Árvores retorcidas, muitos arbustos, mas tudo de aparência mais intrincada e fechada que no planalto, onde a umidade do clima é bem menor. Diz Gonzaga de Campos que o **jundú** marca um estágio de evolução da Mata Atlântica, em seu avanço às terras recém-conquistadas ao mar, onde tem que se adaptar a condições de solo diferentes das que reinam na baixada interior.

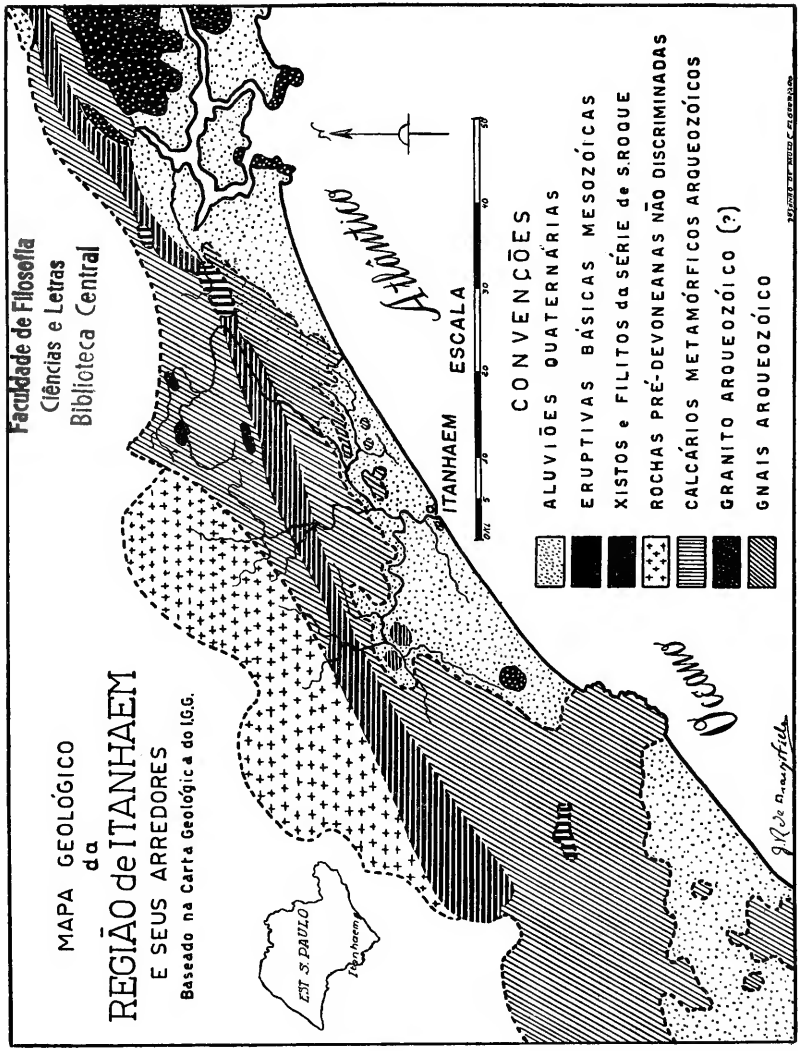
O **jundú** na praia Grande tem sido impiedosamente arrasado pelas companhias de loteamento de terras; na praia de Peruíbe ainda está quase intato, servindo de abrigo às casas dos caiçaras, invi-

(25) RAWITSCHER (FELIX K.) — *op. cit.*,
CAMPOS (GONZAGA de) — *op. cit.*

MAPA GEOLÓGICO
da
REGIÃO de ITANHAEM
E SEUS ARREDORES

Baseado na Carta Geológica do I.G.G.

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central



CONVENÇÕES

- ALUVIÕES QUATERNÁRIAS
- ERUPTIVAS BÁSICAS MESOZOICAS
- XISTOS e FILITOS da SÉRIE de S. ROQUE
- ROCHAS PRÉ-DEVONEANAS NÃO DISCRIMINADAS
- CALCÁRIOS METAMÓRFICOS ARQUEOZOICOS
- GRANITO ARQUEOZOICO (?)
- GNAISS ARQUEOZOICO

síveis para quem passa pela praia, e acessíveis por trilhas que se apresentam às vêzes como verdadeiros túneis sob a fechada vegetação.

A baixada interior — Para além das linhas de dunas e restingas, ou melhor, para além do limite do jundú, principia o que denominamos de **baixada interior**. Ela é formada por todos os terrenos planos e alagadiços que se estendem desde o limite da orla litorânea até à raiz da Serra do Mar.

Estes terrenos, ao contrário dos que cobrem a orla litorânea, são possivelmente de idade pleistocência, englobando sedimentos recentes apenas ao longo dos rios e nas várzeas de inundação. Diferem muito dos primeiros, principalmente no que diz respeito à sua origem. Embora existam indícios de sedimentação marinha, contudo são as formações fluviais as predominantes. De fato, os solos argilo-silicosos, que ali cobrem vastas extensões, fazendo suspeitar certa espessura, nada mais são que o resultado do material de longa data retirado dos gnaisses decompostos da Paranapiacaba, dos seus esporões e dos morros isolados, além dos xistos e filitos que se intercalam em grande áreas no gnais da escarpa da Serra.

A decomposição das rochas é acentuada pelo clima tropical úmido que, além de atacar a rocha "in situ", possibilitou a formação de numerosos rios e torrentes, que se encarregaram de transportar os sedimentos, depositando-os por sobre a antiga plataforma costeira da região.

É claro que esta baixada, como aliás também acontece com tôdas as demais do nosso litoral, não é completamente uniforme em sua topografia e nem é sempre contínua em tôda a sua superfície. Antigos leitos de rios, já secos, formando pequenas depressões; pequenos terraços de sedimentação marinha; esporões que se destacam da escarpa principal e a seguem paralelamente; ou pequenos morros que se isolam na planície como testemunhos de antigas ilhas; e, mais ainda, os vários trechos em que o elemento líquido não foi totalmente vencido pela sedimentação e forma, por isso, vasto alagados e mesmo lagoas de certo porte, tudo concorre para que aquela topografia perfeitamente horizontal, quando vista do alto, apresente uma certa variedade quando observada de perto.

De fato, examinando com certo detalhe a **baixada interior**, veremos logo de início as saliências dos morros cristalinos isolados, como os Grandes (250 m), Mélico (125 m), Caratapéra (100 m), Helena Soares (100 m), que são os que se encontram mais próximos da orla marinha, e como que balizam o curso do Aguapeú, o maior afluente do Branco, na margem esquerda. Todos esses morros não estão além de 3 kms da praia. Mais para o interior, já a 7 kms, fica o morro das Pedrinhas (100) e, um pouco mais distante, o pequeno maciço de Boturuçú-Boacica (435 m) e os morros de Araraú (125 m)

e Boturuvaia (100 m), todos balizando o curso do rio Prêto e seus afluentes, como o do rio do Crasto.

Além desses morros há ainda os chamados esporões da Serra, que dela se destacam, tomando ora a direção perpendicular à linha de praias, como é o caso do Boturapoã, divisor de águas das bacias Branco-Prêto; ora destacando-se da escarpa principal e seguindo-a paralelamente, como no caso do mais importante deles, o esporão Guaperuvú-Barigui, a que os mapas dão mesmo o nome de serra, devido à sua altitude, e que constitui em tôda a sua extensão o divisor das bacias Branco-Aguapeú. Este esporão é uma reprodução, em direção oposta, do que existe na região do Cubatão — Pai Matias e Mãe Maria: lá, como aqui, o mesmo paralelismo, não apenas à linha da costa, mas à própria escarpa da Serra; lá, como aqui, o mesmo encaixamento dos vales. Aliás, essa direção NE-SO da linha geral do relêvo é um fato tão comum, de Santos para o norte, até o Rio de Janeiro, que levou o Prof. Emmanuel de Martonne a escrever um trabalho sôbre êle. Para o mestre francês, êsse paralelismo não pode ser atribuído senão a “fraturas da mesa cristalina, levantada para leste, com ou sem falhas contrárias” (26).

No entanto, êste paralelismo e profundo encaixamento dos vales podem também ser explicados pela erosão fluvial agindo sôbre blocos de rochas mais friáveis, sem precisarem recorrer aos fenômenos de falhas. No caso, seriam os xistos e filitos os responsáveis pela orientação NE-SO do relêvo dos esporões e da escarpa terminal da Serra, assim como pelo rápido escavamento dos vales subsequentes regionais. De fato, a área apontada como constituída destas rochas na última edição do mapa geológico de São Paulo (29), é justamente aquela percorrida pelos vales em garganta dos rios Branco, Cubatão e Mogi. Se é que podemos falar em fenômenos de falhas para a região, devemos lembrar que as mesmas se teriam processado em regiões bem frontais às escarpas e aos esporões atualmente existentes. Isto porque a erosão e o intemperismo foram capazes de remodelar os antigos espelhos de falha e esculpir a topografia variada que hoje ali se vê. Particularmente em relação à zona do nosso estudo, a Serra do Mar sofreu uma ação erosiva intensa, com a intervenção de fenômenos de intemperismo e erosão diferencial, criador dos esporões montanhosos, vales encaixados e frentes abruptas, muito depois da ação geológica dos falhamentos (no mioceno ou plioceno?) (28).

(26) — DE MARTONNE (EMMANUEL) — *A Serra do Cubatão Comparação com um canto das Cevennes Francesas* — “Geografia”. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano I, n. 4, São Paulo (pág. 3).

(27) — INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO — *Carta Geológica do Estado de São Paulo* — Escala de 1:1.000.000 — São Paulo, 1947.

(28) — Estas idéias foram postas em foco, na presença do autor, por vários de seus colegas do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Quanto à vegetação que reveste a baixada interior podemos dizer que é uma porção da Mata Atlântica que, como é sabido, tão bem caracteriza a paisagem botânica de largo trecho do litoral sul-oriental do país. Tal floresta é mais resultante do clima quente e super-úmido reinante na região, do que propriamente das qualidades dos solos ali existentes. Se não, vejamos: os solos argilo-silicosos que cobrem vastas extensões são, como vimos, o resultado do material retirado dos gnaisses decompostos da Paranapiacaba e de seus esporões, além dos xistos e filitos que se intercalam em grandes áreas no gnais da escarpa e depositados sobre os terrenos silicosos deixados pelo mar. Estes solos têm, é bem de ver-se, grande teor de areia, cuja percentagem vai diminuindo à medida que nos aproximamos do sopé da Serra; ali é que se encontram as melhores terras da zona, pois das encostas dos morros e dos esporões vêm os sedimentos argilosos carregados de elementos humíferos (29).

Apesar dessa gradação de tipos de solos, a mata cobre tudo indiferentemente, ligada mais às condições de umidade e das médias elevadas da temperatura.

Densa na escarpa, tal floresta possui clareiras na baixada, onde, nos trechos mais úmidos, pequenas depressões ou antigos leitos de rios transformados em “gambôas”, cedem lugar a formações vegetais próprias de alagados, representadas sobretudo pelos piri-zais e cachetais.

Até há bem pouco tempo, a cobertura vegetal da baixada se conservava quase intata, pois, salvo uma ou outra madeira de lei e quantidades de piri e cacheta exploradas pelo homem, no mais era o domínio da mata virgem. Com a construção da estrada de ferro e, depois, com a introdução dos bananais na zona, começaram as devastações, que rapidamente arrasaram grandes extensões de matas, substituídas pelas lavouras bananeiras ou então, em áreas infelizmente extensas, pelas capoeiras, exemplo frisante da economia destrutiva e sem peias (30).

O quadro natural e a vida humana — Eis aí, em largos traços, retratadas as principais condições físicas e paisagens naturais da

(29) — Uma prova disso encontra-se no fato de serem os bananais situados nas proximidades dessas encostas, os melhores, apresentando um belo aspecto de conjunto, onde as falhas são poucas e as bananeiras vigorosas, o que não acontece com as lavouras situadas mais a jusante dos rios. Também há diferença entre os bananais da baixada em geral e os das encostas. Realmente, de há alguns anos para cá os terrenos da planície foram-se tornando pequenos para o grande desenvolvimento das plantações e as encostas dos morros, dos esporões e da própria escarpa, foram sendo aproveitadas nos seus primeiros 100 a 125 metros de altitude. Encarapitam-se, assim, os bananais pelas encostas acima, onde, se não há os problemas das enchentes, existe, porém, o dos transportes e, o que é pior, o dos solos. Estes, além de serem menos úmidos que os da planície, devido ao declive que dificulta a infiltração das águas, têm também contra si a falta de matéria orgânica, toda ela levada para baixo pelas fortes enxurradas. Se as terras da baixada não são de tão boa qualidade, as das encostas são piores e nelas um bananal não produz por mais de cinco anos.

(30) — Durante a última guerra, nem as matas da escarpa ficaram livres da sanha destruidora. É assim que, nos altos cursos do Mambú e do rio Branco, o lenhador e o carvoeiro puseram impiedosamente abaixo a floresta pujante, como já vinham fazendo nos vales do Cubatão e do Mogi.

baixada do Itanhaém, que vieram influir diretamente no comportamento do homem que aí se fixou desde os primeiros anos coloniais.

Veremos que, de todos os característicos físicos encontrados na região, foi o clima o fator predominante a nortear a vida humana. De fato, se por um lado êle foi propício ao desenvolvimento da unica riqueza agrícola que se instalou em trechos da região estu-
dada — a banana; por outro, trouxe sérias dificuldades à penetração e à permanência do homem, porque interferiu na transformação dos tipos de solos, reduzindo em pouco tempo sua já pequena camada de húmus e, mais ainda, porque influiu na própria vida humana através de certas doenças das quais a malária sempre foi a mais comum. Naturalmente, não vamos levar o caso ao extremo e nem chegarmos à conclusão de que o clima é uma barreira intransponível à ocupação definitiva da baixada itanhaense. Até o momento, porém, as suas influências têm prevalecido, porque o homem não soube valer-se ainda da técnica e da ciência para o trabalho rural que ali criou.

Sem procurar corrigir os males que a natureza implantou, não poderá êle tirar proveito das vantagens que também existem, e não são poucas, mas que se tornam difíceis diante dos rudimentares métodos de aproveitamento.

De qualquer forma, porém, é preciso frisar que o clima e os solos são dois fatores muito sérios, para que o homem os relegue a um segundo plano, como tem feito até aqui, não somente na baixada do Itanhaém mas também em algumas outras baixadas tropicais úmidas, de solos arenosos pouco férteis de nosso país.



Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central



FOTOS 1, 2, 3

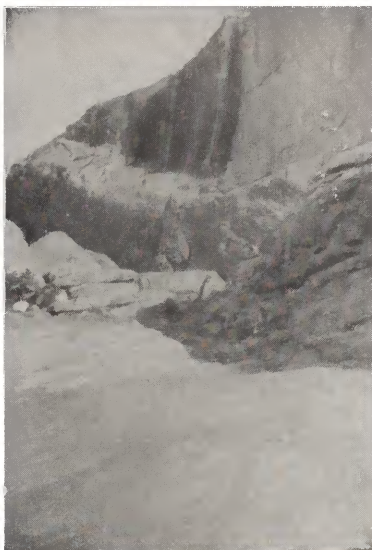
Na primeira foto o terraço colocado a 3 Km. do mar, na foz do rio Preto, e onde há ocorrência de areias marinhas. Na segunda foto vê-se a ponta leste do costão de Paranabuca escalonado em terraços. (fotos do autor e de A. R. Penteado)

Alinhamentos de dunas na praia Grande, totalmente conquistadas pela vegetação na parte voltada para o interior, e onde se nota a luta entre a vegetação psamófitas e o trabalho do vento na frente voltada para o mar. (Foto do autor).



FOTOS 4 e 5

Exemplos de rios "tapados" que na época de verão conseguem vencer a barragem oferecida pelas dunas, abrindo verdadeiros "boquicrôes" para atingirem a praia. Muitas vezes estes rios são obrigados a meandrar por vários quilômetros entre a praia e a duna, antes de chegarem ao mar.
(fotos do autor).



**Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central**



FOTOS 6 e 7

Na primeira foto uma falésia no costão de Taquanduva, vista durante a maré baixa. Na segunda, o paredão do morro do Convento, onde se observam orifícios arredondados provavelmente oriundos do trabalho de abrasão aliado à erosão orgânica de animais marinhos. (fotos do autor)



FOTO 8

Vista aérea do sítio de Itanhaém, onde se destacam, além do trecho primitivo da cidade, a parte baixa da meseta à beira do rio, cuja foz toca hoje as bases dos morros Taquanduva e Cunha Moreira, ao contrário do que fazia na época colonial, quando sua barra era perpendicular à praia, conforme se vê no mapa reconstruído por Bento de Oliveira Almeida. Estes morros serviram de ponto de apoio às restingas que formam as praias de barro da cidade, bem como à extensa praia de Peruipe, cuja porção norte ainda se vê na fotografia. À direita, nota-se a inflexão de referência entre o Jundú e os manguezais. (foto do C. N. G. — Diretório Regional de Geografia no Estado de S. Paulo).



Ilhas
e praias
do Nordeste

Biblioteca Central

FOTO 9

O trecho mais recentemente ocupado do sítio de Itabaém, à margem direita do rio, junto às praias de banho da cidade. Vêm-se a ilha do Givura que breve estará soldada ao continente; o morro Cunha Morcira; a baixada coberta de florestas já bem devastadas, e de manguesais estes visíveis à direita da foto. (Foto da Empresa Nacional de Fotografias Aéreas)

CAPÍTULO II

POVOAMENTO E POPULAÇÃO

— As condições geográficas e o povoamento. O povoamento antigo. A população atual. Os tipos humanos. O caçara, personagem-tipo da região. O homem do bananal.

As condições geográficas e o povoamento — O chamado litoral sul paulista sempre foi escassamente povoado, apresentando verdadeiros vazios em vários trechos de suas praias. Salvo a região da Ribeira, onde o ouro formou no passado pequenos núcleos e mesmo vilas, além da cidade de Iguape, e que continuou até fins do século XIX num crescendo, ainda que lento, à custa da agricultura, o mais permaneceu praticamente deserto, ao contrário de diversas praias do litoral Norte. A zona de Itanhaém, embora mais próxima de São Vicente e de Santos, constituiu sempre um dos clássicos exemplares de trechos semi-povoados de nossa costa.

Os vestígios da passagem do colono português pelas praias Grande e Peruíbe ou pela baixada do Itanhaém, são quase completamente inexistentes; a não ser o pequeno núcleo urbano, que foi vila até a República (e vila deveria continuar hoje, se não houvesse uma lei dando às sedes de municípios foros de cidade) e que ainda apresenta algum aspecto colonial, o mais não nos dá idéia de que por aí houvesse passado o colonizador quinhentista.

Compilando-se as obras dos cronistas dos primeiros séculos, vê-se logo a pequena importância da zona em estudo, pois são raros os que falam de Itanhaém, e, quando o fazem, só dizem meia dúzia de palavras (31).

Embora a vila de Itanhaém houvesse sido sede de Capitania durante mais de um século, essa predominância administrativa teve um caráter puramente teórico. Na realidade, durante aquêl período, que coincidiu justamente com a penetração paulista e com as explorações do ouro, Itanhaém viu suas terras, já tão vazias, se despovoarem ainda mais (32).

(31) — FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — *Memórias para a História da Capitânia de São Vicente*.

LEME (PEDRO TAQUES DE ALMEIDA) — *História da Capitânia de São Vicente* — Editora Melhoramentos, São Paulo, sem data.

(32) — CALIXTO BENEDITO) — *A Vila de Itanhaém* — Tipografia do Diário de Santos — Santos, 1895.

Que a zona itanhaense jamais tivesse possuído um período áureo economicamente falando, ninguém poderá ter dúvida em afirmar, pois, nos seus arredores ou na própria fisionomia da hoje cidade, nunca se viram vestígios de grandeza; nem restos de lavou-
ras de cana ou de engenhos, nem lavras mineiras ou qualquer outro tipo de economia, nem belos edifícios na pequenina “urbs”, nada, enfim, que lembre alguma prosperidade dos itanhaenses no passado. Embora Calixto, em seu já citado livro, houvesse deixado transparecer a existência de uma economia açucareira de certa monta na zona e o desenvolvimento da mesma, à custa da sua posição política-administrativa como séde de Capitania, parece-nos mais certo aceitar o contrário, já porque o autor não provou a sua afirmativa, já porque os fatos presentes, baseados na explicação geográfica, não nos levam a tal conclusão.

Se atentarmos para um mapa de São Paulo ou mesmo do Brasil e nêle formos observar a posição geográfica de Itanhaém, veremos em grande parte explicadas as razões por que aquêlê trecho da nossa costa jamais poderia ter tido uma economia desenvolvida. Conforme ficou demonstrado no capítulo anterior, as condições geográficas da baixada itanhaense não são favoráveis ao desenvolvimento de uma economia de base sólida. Isolada pela escarpa abrupta da Paranapiacaba, onde apenas uma trilha a punha em comunicação com o planalto (o antigo Caminho de Santo Amaro, que parte de Pôrto Velho na margem direita do rio Branco (33); sem comunicação direta com Santos ou São Vicente, a não ser pelo mar, pois por terra apenas a praia era o caminho viável quando a maré o permitia (e até 1915 foi êste o único); sem possuir nos seus arredores riquezas minerais, como acontecia logo ao sul na região da Ribeira, é fácil de se concluir que a zona itanhaense jamais poderia ter tido qualquer período de fastígio econômico na época colonial. E, durante o Império menos ainda, como é prova evidente a completa decadência do pouco que existia na vila por todo o século XIX, de acôrdo com informações de viajantes que por lá passaram (34).

Alguns dados do passado exemplificam perfeitamente o que acabamos de afirmar. De acôrdo com os mapas demográficos da Capitania de São Paulo, dos séculos XVIII e XIX, existentes no Arquivo do Estado, é possível ter uma idéia do que seria a população itanhaense naqueles tempos:

(33) — Durante o inverno de 1946, o autor do presente trabalho, em companhia dos professores João Dias da Silveira, Ary França e Fernando M. de Almeida, teve ocasião de descer o citado caminho, que na verdade não passa de uma simples trilha de caipiras, que só dá passagem a pedestres, fazendo lembrar de como seria o antigo caminho do Padre José, que também ligava outro trecho do litoral ao nosso planalto.

(34) — Um dêles, o General Arouche de Toledo Rondon, num relatório sôbre, “A situação das aldeias de índios de São Paulo, em 1805”, diz que a aldeia de Peruibe não apresentava o problema das questões entre colonos e índios em relação à posse da terra, porque quase não havia habitantes a disputar o chão em Itanhaém — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — tomo IV.

1783/84	1233	habitantes
1805	1273	"
1872	1566	"

Embora os dados, com exceção do ano de 1872, sejam estimativas, por êles podemos perceber a quase estabilização da população de Itanhaém. Se a população não aumentava é porque a situação econômica era das mais pobres; e nada melhor para ilustrar tal fato, que transcrever algumas informações retiradas dos mesmos mapas demográficos (35).

Com tanta pobreza não é de se admirar o escasso comércio feito pela zona itanhaense com a cidade de Santos:

Exportação — 1805 (36)

Tabuado	399	dúzias
Esteiras	2579	unidades
Chapéus de palha	4410	"
Tainhas salgadas	9000	"
Caçção	14	arrôbas
Tucum fiado	80	libras
Cachêtas	19	centos
Valor total dos produtos	1:541\$465	

Importação — 1805

Aguardente	3	pipas
Tabaco	34	arrôbas
Congonha	32	alqueires
Açúcar	8	arrôbas
Feijão	8	alqueires
Toicinho	10	arrôbas
Pano de algodão	6	peças de 100 varas
Pano de linho	6	"
Chita	6	"
Zurrate	12	
Sêda lavada	1	arrôba
Pólvora e chumbo	1	"

(35) — "Lista geral da primeira comparação dos habitantes existentes em 1805 — ocupação:

Antonio Neves — E' lavrador, planta mandioca e arroz e dêste vendeu 60 alqueires e de farinha, 70; vendeu de taboado 50 duzias; tem 2 carros e 18 bois, com que ganhou 120\$000. Tem 30 escravos.

Bento da Cruz Lustosa — E' negociante e ganharia segundo seu cálculo 150\$000. Tem 1 carro com 8 bois, com que ganhou 64\$000. Plantou êste ano 60 pés de café e 90 feixes de ramas de mandioca e 2 alqueires de arroz.

Arcanjo Nunes — E' pescador.

Catarina Faria do Sacramento — Vive de esmolas.

Joana Gomes — Planta mandioca para sustento.

E a lista continua agora com os nomes dos individuos e a sua ocupação, que é invariavelmente — "planta mandioca para sustento".

Ái está uma prova da pobreza da população. De fato, de mandioca viviam êles no passado e assim continuam no presente, com a diferença que êsse produto hoje mal dá para o sustento.

(36) — ARQUIVO DO ESTADO — *Mapas demográficos e econômicos da Capitânia de São Paulo nos séculos XVIII e XIX.*

MULLER (DANIEL PEDRO) — *Ensaio de um quadro estatístico da Provincia de São Paulo* — Reedição literal a mandado do Governo do Estado de São Paulo, 1923.

Pelos dados publicados nesta obra, 30 anos depois dos acima citados, Itanhaém continuava a exportar sómente produtos de importância secundária.

Estas duas listas de produtos constituem outra prova da pequena importancia da zona itanhaense naqueles tempos. Na primeira delas tem-se desde logo uma idéia exata do primitivismo da economia da zona, baseada quase que exclusivamente em produtos da indústria extrativa e, ainda assim, produtos dos mais pobres do ponto de vista comercial. E não menos expressiva é a segunda lista, isto é, a de importação, que, além de retratar o baixo índice aquisitivo da população local, através das minguadas quantidades de produtos comprados, mostra também o quão pouco aquela população produzia do ponto de vista alimenticio, desde que entre os produtos vindos de fora aparecem o feijão, o tocinho, o açúcar, a aguardente, etc..

O povoamento antigo — Os primitivos habitantes da zona pertenciam à tribo dos Itanhaém, que fazem parte do grupo Guaianá, que, pelas tradições coloniais se aglomeravam em pequenas aldeias, principalmente na praia de Peruíbe. Ali, segundo os cronistas e, sobretudo, segundo Calixto foram encontra-los os primeiros portugueses aqui aportados com Martim Afonso.

“Está provado que Martin Afonso estabeleceu o fundamento da povoação de Itanhaém entre as tribus dos Itanhaéns, conforme afirma Machado de Oliveira e outros historiadores; e se, em 1555, segundo frei Gaspar — “ainda não existia povoação alguma no terreno, onde pelo tempo adiante foi situado a Vila de Itanhaém...” — existia, no entanto, desde a época de Martin Afonso, 1532-1533, a povoação fundada por elle na aldeia dos Itanhaéns, conhecido hoje por aldeia de São João Batista, e que fica entre os rios Peruíbe e Itanhaém, no meio da praia de Peruíbe, duas léguas a oeste da vila do Itanhaém. Ali, sobre um pequeno outeiro, a 1 km. da praia, vêm-se ainda as paredes de pedra e cal da Igreja e Colégio dos padres jesuitas” (37).

Como se vê, foi êsse o primeiro trecho da zona itanhaense a ser ocupado pelos portugueses ainda no alvorecer de nossa história.

Esta ocupação, que à primeira vista parece absurda, numa praia que não oferecia vantagens, era mais ditada pela estratégia que pelas riquezas naturais do lugar, pois, assim, como ao norte de Santos se construiu mais tarde o forte da Bertioiga, para defesa contra os Tamoios e invasores estrangeiros, ao sul de São Vicente queriam os portugueses precaver-se não apenas dos índios Carijós, mas também dos espanhóis que já estavam tendo relações na baía da Ribeira, com o célebre Bacharel de Cananéia (38).

(37) — CALIXTO (BENEDITO) — *A Vila de Itanhaém* — pag. 11.

(38) — FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — op. cit.

CALIXTO (BENEDITO) — op. cit.

OLIVEIRA (J. J. MACHADO de) — *Quadro Historico da Provincia de São Paulo até o ano de 1822* — Tipografia Brasil, 2.a edição, São Paulo, 1897.

Parece que desde os primeiros momentos as relações dos portugueses com os Itanhaéns foram sempre amigáveis, como também sempre o foram com os Guainás do planalto.

Com a vinda de alguns colonos para as imediações do núcleo primitivo e com a chegada, logo depois, dos primeiros padres da Companhia de Jesus (1549, Leonardo Nunes e irmão Diogo Jacome), iniciou-se a primeira fase do povoamento da zona (39). De fato, na década 1549-59, de tanta importância para a nossa história, foi que se deu a ocupação de outros trechos da praia de Peruíbe e, particularmente, da barra do rio Itanhaém, onde na sua margem esquerda teve início a vila do mesmo nome.

Parece-nos, porém, que não foi adiante o povoamento da zona, pois, além dessas citadas ocupações, nada mais se sabe a respeito da penetração pela baixada a dentro ou da ocupação da orla da praia Grande. Este último trecho, que medeia entre São Vicente e Itanhaém, salvo as duas extremidades da praia, foi sempre uma zona pouco procurada, senão completamente abandonada. E' que aí, mais que na praia de Peruíbe, o problema da agua potável foi sempre sério, além da falta de terras através, num solo extremamente arenoso.

Mais que a nenhuma outra população brasileira, talvez caiba à itanhaense a tão conhecida frase de frei Vicente de Salvador; de fato, os itanhaenses, descendente dos índios do mesmo nome e dos portugueses martim-afonsinos, jamais se afastaram da orla litorânea, à qual, vivendo como caranguejos e à custa destes crustáceos e de sernambís, se apegaram, deixando o interior vazio.

A população atual. Os tipos humanos — Até 1920, quando a população do município itanhaense era de 4.227 habitantes, o trecho que estamos estudando, isto é, somente a baixada do Itanhaém, era o menos povoado. Daquele total da população, a maior parte estava da estação de Peruíbe para o sul. A vila e seus arredores, bem como os poucos núcleos de rio acima, possuíam apenas uma pequena parcela da população total.

Nos 10 anos seguintes a situação começou a melhorar, particularmente para os trechos da baixada interior, com a chegada dos pioneiros da plantação da bananeira. Mas a orla praiana continuou o que sempre fora — parcamente povoada e atrasada.

(39) — Foi nesta fase do povoamento que mais se destacaram Leonardo Nunes (o Abarebéê dos Itanhaéns) e José de Anchieta, chegado ao Brasil em 1553. Este último, embora não tivesse dedicado senão parcelas de seu tempo de trabalho como catequista ao trecho litorâneo entre São Vicente e Iguape, muito afamado ficou nas praias itanhaenses, principalmente durante o período em que esteve como reitor do Colégio de São Vicente, entre 1569 e 1576. A história de seus trabalhos e de seus milagres, contada desde os tempos coloniais por vários de seus biógrafos, ligou à sua figura lendária de catequista inúmeros fatos até hoje tidos como verídicos em alguns trechos do litoral paulista. Em Itanhaém, para sempre ligados à vida do célebre jesuíta ficaram o "Poço de Anchieta, a "Cama de Anchieta" e o "Pulpito de Anchieta"; são locais onde, segundo a tradição, o catequista pescava, descansava e pregava. Estes locais situam-se respectivamente: no canto da praia de Peruíbe, no costão de Paranabuca e no morro do Jacinto.

O recenseamento de 1940 veio mostrar que a população do município aumentára, atingindo então a cifra de 11.052 habitantes (39). No entanto, o distrito da sede ainda é menos povoado que o de Itariri, apresentando 4.548 habitantes, para 6.504 deste ultimo.

Tomemos o caso que nos interessa — o distrito de Itanhaém, que abrangia a quase totalidade da área do município, e justamente colocado sobre as regiões da baixada. Dos 4.548 habitantes, somente 936 se aglomeravam na cidade, enquanto que os restantes 3.612 se dispersavam pelo interior da baixada ou se localizavam ao longo das extensas praias.

Seu tipo característico, o caiçara, que chegou até os nossos dias tal qual fôra há 100 ou 200 anos, em nada procurou diferenciarse de seus antepassados. Pelo contrário, a impressão que se tem, logo à primeira vista, é que este tipo de praiano não admite modificação no que êle herdou de seus avoengos: um gênero de vida primitivo e de acordo com o meio hostil que o rodeia. De fato, observando-se de perto o caiçara paulista, vê-se logo a inferioridade em que êle se encontra quando comparado com o caboclo planaltino e mesmo com outros tipos praianos, como os do Nordeste brasileiro.

Essa inferioridade se torna ainda maior, se lembrarmos que o caipira vai aos poucos se educando (mesmo sem escolas), somente através do contato com certos fatores do progresso, como estradas de ferro ou de rodagem, contato com novas populações etc..

Ora, isso não acontece no litoral. O caiçara, tipo que até hoje está à margem da civilização, mesmo quando teve ocasião de entrar em contato com o progresso, nada aproveitou. É que sobre êle pesam mais de dois séculos de vida rudimentar e de abandono. Há mais de um século que se abrem zonas pioneiras ininterruptamente nas terras do planalto; que se colonizam com contingentes novos, nacionais ou estrangeiros, áreas enormes de S. Paulo; que se fundam cidades, abrem-se estradas, criam-se, enfim, riquezas cada vez maiores. Nada disto, porém, foi conhecido do caiçara que, na sua limitada zona, só entrou em contato com a natureza hostil.

Ao lado daquele caiçara, que à primeira vista parece simplesmente indolente, mas que, na realidade, é um sub-alimentado e um doente, aparecem os habitantes do pequenino núcleo urbano, da mesma origem daqueles, mas habitando casas de taipa, pau-a-pique e mesmo de tijolos, cobertas de telhas e tendo já rudimentos de educação, devido ao papel dos padres jesuítas e franciscanos, nos seus

(39) — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — *Dados provisórios Censo Demográfico de 1940* (prédios e populações) — São Paulo.

Servimo-nos dos dados provisórios, pois são os únicos que fornecem elementos para a distribuição, da população uma vez que dão os totais da população urbana e rural em separado.

Atualmente a população total do município de Itanhaém é bem menor que a de 1940, porque Itariri, sua área mais povoada, se separou como município em 1948.

esforços de continuarem a velar pelo convento e pela igreja (40). No mais, porém, mesmo êsses habitantes da cidadezinha, “descendentes de nomes ilustres” (assim diz o historiador), que fizeram o pouco que ela hoje mostra de seu passado, mesmo êles, repitamos, acabaram caindo na indiferença, no obscurantismo completo, de que o marasmo do núcleo urbano, até há bem poucos anos, era o melhor exemplo. Também êles, sem ter o que fazer, sem ambiente para um pequeno comércio, por menor que fôsse, pois não havia meio rural produtivo, sem, portanto, qualquer motivo de ambição, acabariam no mesmo caminho dos habitantes das praias, sem meios de trabalhar e de progredir (41).

Resta fazer referência a um terceiro tipo de habitante, que começou a aparecer a partir de 1927, com a abertura dos primeiros bananais do vale do Itanhaém. São os homens do bananal, que contribuíram para um pequeno aumento da população regional, mas que, ao contrário dos habitantes nativos, constituem uma população fluante, desde que estão sempre mudando de residência, quer dentro dos próprios bananais, quer saindo da zona para as vizinhas. Tôda essa população dos bananais é alienígena, conforme veremos, e, apesar de hoje estar constituída na sua maioria por nordestinos, foi até bem pouco tempo variada na sua origem, pois se compunha tanto de caiçaras do litoral norte, gente de Paratí, Ubatuba, etc., como de caipira de serra acima e, também, de trabalhadores portugueses, espanhóis e até negros, vindo através de Santos.

O caiçara, personagem-tipo da região — Ao lado das paisagens naturais que o litoral paulista oferece á argúcia dos estudiosos, um

(40) — São de Benedito Calito, em “A Vila de Itanhaém”, pgs. 42 e 44, as seguintes palavras: “A Vila de Itanhaém teria a mesma sorte que teve a povoação da Aldeia de São João Batista, após a expulsão completas dos Jesuítas, se não fôra o seu convento.

Ainda mesmo depois de reduzido ao ultimo extremo de pobreza; ainda mesmo depois de aniquilado em parte, por um incendio, era, ainda assim, o Convento que mantinha a vila.

Parece um paradoxo, parece absurdo, e é entretanto uma verdade. Vou provar.

As principais famílias do lugar, os nobres, descendentes de Mart'n Afonso, retiraram-se da vila logo que esta perdeu os seus foros de capitania.

As principais autoridades e mor parte da população de seu extenso municipio deixaram Itanhaém.

Os engenhos, os sítios de escravatura foram abandonados, porque nesse tempo começaram a surgir, com mais vantagens, os futuros municipios de serra acima. . .

. . . Só ficaram aquêles que eram impossibilitados de sair, ou êsses pobres de espírito, para quem as riquezas eram indiferentes prezando mais que tudo o seu viver plácido e humilde: “pobres pescadores”, na frase do historiador.

Entretanto, dessa classe abjeta, dêsses humildes pescadores era preciso formar homens mais ou menos instruídos, que pudessem ocupar os cargos públicos para que Itanhaém não perdesse de uma vez a seus foros de vila. Foi isso o que o Convento realizou.

Aqui como em toda a parte, essas casas estiveram sempre abertas aos pobres que tinham onde instruir-se. . .”

(41) — Nas nascentes do rio Prêto, já nas encostas da serra do Bananal vivem ainda alguns indios mansos descendentes de uma horda que em 1835 se teriam dirigido a êsse território, vinda da região fronteira do sul de Mato Grosso com o Paraguai. Esses indios que receberam do Estado um patrimon'io de 250 alqueires de terra, estão hoje em franca desorganisação social, devido principalmente ao contáto com a população praiana O professor Egon Schaden, que mui gentilmente nos forneceu dados sobre aqueles indios, não só os tem estudado acuradamente nos ultimos anos, como também procurado melhorar a sua sorte junto aos poderes competentes. Também cuidaram desses aldeamentos indígenas no principio do século, dois vultos que sempre trabalharam pelas nossas populações litorâneas: Júlio Conceição e Benedito Calixto.

tipo humano bem característico, completamente influenciado pelo meio e sem recursos para dêle fugir, aparece, como que reproduzindo à beira-mar o tipo tão conhecido do “jéca” do planalto. De fato, o caíçara nada mais é do que uma variedade de caboclo, com algumas diferenças apenas do caipira de serra acima; diferenças essas que, mercê do meio em que vive, o obrigam a uma vida à primeira vista mais folgada, mas que na realidade é mais dura que a do seu irmão planaltino.

Se o caíçara dispõe a seu favor de uma natureza relativamente pródiga, com o mar e a floresta a lhe oferecerem alimentos, para aproveitá-los, contudo, tem de desenvolver um trabalho que, devido à técnica primitiva, não lhe traz quase resultado. Caça e pesca, principais atividades do praiano, não lhe dão muitos dias de fartura por ano. Provam-no, a sub-nutrição em que vivem os habitantes de nossas praias, que devem ser classificados como pertencendo aqueles grupos de populações nacionais das “zonas de fome endêmica” (42).

Além disso, sem tradição agrícola, o homem litorâneo pouco ou quase nada trabalha a terra, limitando o seu aproveitamento as minúsculas roças de mandioca, encarapitadas nos morros cristalinos, ou quando estes faltam, nas restingas arenosas. Mesmo que tivesse aquela tradição, não poderia ir muito além, pois a completa ignorância em que vive, aliada a um meio hostil e difícil de ser dominado, o impediriam de fazê-lo.

Resta ainda, para explicar as razões do atraso do praiano, o completo abandono em que é deixado pelos seus irmãos mais felizes do planalto, abandono êste que pode ser observado em vários setores: na falta de vias de comunicações, de escolas e de amparo higiênico.

Isso tudo justifica a vida simples e sem ambições que leva o caíçara, ignorante de tudo o que se passa ao seu redor, quer no que diz respeito à Pátria a que pertence, quer mesmo ao próprio município do qual sua praia faz parte.

Aliás, a vida simples e desambiciosa do praiano paulista já nos foi contada pela Profa. D. Conceição Vicente de Carvalho, num trabalho publicado nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia (43). As páginas escritas pela ilustrada professora de Geografia, para focalizar principalmente o praiano do litoral norte paulista, podem, em muitos aspectos, servir para o do litoral sul, desde que sejam levados em conta os fatores de uma hostilidade maior do meio. A melhor prova disso nos é dada pela menor densidade da população,

(42) — CASTRO (JOSUÉ de) — *Geografia da Fome (A Fome no Brasil)* — edição Cruzeiro, Rio 1947.

(43) — CARVALHO (M. CONCEIÇÃO VICENTE de) — *O Pescador no Litoral do Estado de São Paulo* — vol. III dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. *O Pescador no Litoral Leste do Estado de São Paulo* — Bol. Geográfico n. 36, publicação do C. N. G. — Rio.

pela maior dispersão das habitações e pelos aspectos de muito maior pobreza encontrados nas praias sulinas.

Praias mais extensas e retilíneas, com o mar aberto batendo sem cessar, dificultando assim a navegação de canoas ou a colocação de rêdes de arrasto; menor quantidade de cardumes devido à conformação da própria costa; ausência de morros cristalinos que, no norte, frequentemente tocam o mar e tão úteis se tornam aos habitantes; tudo, enfim, concorre para que o praiano do sul tenha diante de si um ambiente pouco favorável ao seu progresso.

Quem visitar as duas praias maiores e mais próximas de Santos, a praia Grande e a de Peruíbe, notará logo aquêles aspectos citados. Na primeira delas, além do meio hostil, o praiano teve pela frente o homem civilizado que, sob os títulos de turista e veranista, tem contribuído para dificultar ainda mais a sua vida. Se analisarmos as consequências decorrentes da construção da ponte-pênsil que há mais de um quarto de século vem ligando a ilha de São Vicente ao continente, veremos que a mais importante delas foi justamente a do desajustamento da vida do caiçara, já por si pouco numeroso naquele trecho do nosso litoral. De fato, pondo a praia Grande a poucos minutos de automóvel dos centros urbanos santista e vicentino, as suas dunas e restingas, cobertas com o mais pobre jundú paulista, passaram a ser loteados e vendidos em grandes extensões, de maneira que hoje em dia são poucos os trechos ainda não tomados pelos veranistas; as “vilas” com nomes pomposos, mas que muitas vezes não passam de simples placas de reclames, sucedem-se ininterruptamente desde o Boqueirão até Itanhaém. Ora, o praiano, á medida que o cidadão vai chegando, retira-se para as zonas mais isoladas. O seu número, que já não era grande há 30 anos passados, diminui, assim, com a chegada dos forasteiros. Este fenómeno, notado na praia Grande, começa a evidenciar-se no trecho norte da praia de Peruíbe, nas proximidades de Itanhaém.

Outro fator de civilização, a estrada de ferro, também concorreu para diferenciar ainda mais o caiçara do sul, sem contudo melhorar a sua vida. Há perto de 35 anos construiu-se a ferrovia Santos-Juquiá (44), que até Peruíbe segue paralelamente e próximo à praia. Já porque necessitasse dos serviços do caiçara, já porque criasse a indústria devastadora da lenha, o fato é que aquêla ferrovia conseguiu modificar a sua vida, sem trazer-lhe qualquer conforto; até a mudança da frente das casas praianas foi conseguida, pois primitivamente se viravam totalmente para o lado do mar e hoje voltam-se para o interior, à beira da linha férrea, onde, nas paradas existentes

(44) — Esta ferrovia foi construída por uma companhia inglesa, a Southern-São Paulo-Railway, que idealizou um traçado pelo sul do Estado até alcançar o planalto de Curitiba; infelizmente, a ponta dos trilhos parou em Juquiá, onde está até hoje. Em 1928 a Companhia, foi encampada pelo Governo do Estado, passando a Linha da Juquiá a pertencer à Sorocabana, cujo tronco a ela se ligou através do ramal de Mairinque.

se criaram aglomerações de meia dúzia de casas com as infalíveis vendas para fornecer cachaça.

Tudo fazia crer que os praianos viessem a conhecer uma vida melhor com o aparecimento da estrada de ferro; entretanto, continuaram na mesma pobreza, com uns dias de trabalho por mês nos lenheiros que se abriram, mas recebendo pagamentos miseráveis pelos serviços prestados.

Esse praiano da zona itanhaense, ao contrário do seu irmão do litoral norte, não se agrupa em povoados ou pequenas vilas. Distribuiu-se pelas praias, numa dispersão que chegaria a causar espanto, se o meio não explicasse. Aqui, o fator que tão bem caracteriza a formação das pequenas aglomerações existentes no interior de quase todas as praias ao norte de Santos, isto é, a rêde, não pode ser levado em consideração, pois é praticamente inexistente. A canoa que, ao lado da rêde, forma outro importante fator na vida do praiano, é também aqui raridade; a não ser na foz dos dois rios, que extremam as duas maiores praias — o Itanhaém e o Peruíbe, onde, então, as embarcações se juntam, não se encontra, senão excepcionalmente, um tipo qualquer de barco. Explica-se essa inexistência, tanto da rêde como da canoa, pela retilinidade das praias, que se tornam, assim, difíceis de serem abordadas, e pela ausência de cursos d'água numerosos que permitam a entrada de cardumes.

Só a ausência da canoa e da rêde bastaria para nos dar uma idéia de como é diferente, sob vários aspéctos, a vida do praiano itanhaense em relação ao praiano de Ubatuba, de São Sebastião ou da Bertioga. Mas se analisarmos melhor os aspectos locais da vida dêsse caiçara, veremos que uma série de outros fatos se nos apresentam como explicação do que afirmamos de início: o caiçara da zona itanhaense leva uma vida miserável.

Dispersos pelos jundús, onde constroem suas cabanas, as mais rudimentares que já tivemos ocasião de ver em todo o nosso litoral, levam uma existencia completamente isolada, sem conhecer os mais primários princípios de solidariedade que se observam em outras zonas, onde o mutirão para barrear as casas ou a pesca por quinhão constituem exemplos.

Suas cabanas, feitas de achas de palmeira jiçara, verticalmente colocadas e apoiadas em esteios e baldrames de maçaranduba, não são barreadas, pois a argila necessária fica a quilômetros de distancia; pelas frinças e buracos daquele arremêdo de paredes, entram o vento e a chuva, que vão concorrer, com a malária e o amarelão, para piorar a saúde dos habitantes. São cobertas de sapé, como as demais do litoral, mas sem aquêlê cuidado de colocação e apáro. No interior, bastante exíguo, três divisões apenas: uma saleta, um quarto quase sempre sem janela e um pequeno puxado à guisa de

cozinha, tudo isso assentado num chão de terra batida, ou melhor, de areia. (fotos 10, 11 e 12)

Nenhum mobiliário, além de um ou dois toscos bancos e das típicas esteiras de pirí ou de tabúa, que servem ao mesmo tempo de cama e de colchão; nenhum utensílio doméstico, salvo uma ou duas panelas de ferro, ou então, latas, dependuradas no tripé que substitui o fogão; os utensílios comuns no litoral norte, como a gamela e as facas apropriadas para o preparo e a salga do peixe, aqui são raros; nada que signifique contato com o mar, além do samburá para catar sernambi na ressaca. Ao redor das casas, as exíguas roças de mandioca, medrando em plena areia, e uns pés de cana para fazer o café de “garapa”, tudo rodeado pelos infalíveis pés de bananeira branca, às vezes já cobertas de jundú. (foto 14)

Trabalhando nos lenheiros, a 8 ou 9 cruzeiros o metro (um praiano não extrai mais que 3 ou 4 metros por dia), mas sómente uns 12 ou 14 dias por mês, não pode, como é bem de ver-se, trazer, no fim, muita comida para casa. Segundo averiguamos, um homem que tenha de sustentar mulher e quatro filhos, não consegue obter, numa quinzena 100 cruzeiros de alimentos (feijão, café, açúcar). Daí aquêlê aspecto de verdadeira sub-nutrição que se encontra em todos os semblantes. Mesmo a farinha, que em todas as praias paulistas constitui a base alimentar da população, aqui não é abundante, porque os minúsculos mandiocais se desenvolvem com grande dificuldade nas restingas; e também é inferior em qualidade, pois não é usado o ralo; a mandioca é posta durante uns 4 ou 5 dias de mólho na água e, depois, socada e torrada, dando um tipo de farinha grumosa, cheia de caroços.

Ora, com tal pobreza de alimentos, valem-se as mulheres, os velhos e crianças, do sernambi, que na maré baixa é desenterrado na ressaca, lavado e, depois, cozido numa lata de querosene ou num caldeirão grande. (foto 13)

Provavelmente devido à pobreza da zona, o praiano da região não é tão andejo como o do norte, e, se não tem uma estabilidade de moradia, mercê do sério problema da posse da terra, quando muda, o faz dentro dos limites da praia em que vive. Há exemplos, em Peruíbe, de mulheres e mocinhas que não conhecem Itanhaém.

Além dêste tipo de praiano do litoral sul, há ainda na zona, às margens dos rios que formam a bacia do Itanhaém, um tipo mes-tiço interessante, meio caiçára, meio pirangueiro (45), e que é chamado tabacudo. Vivendo à beira dos cursos d’água, mas já rente à floresta, vale-se mais da caça que da pesca. Habita tôsca choça de ramagens, ás vêzes construída sôbre estacas; possui sua piroga com a qual vai tirar, nos alagados e brejais, a matéria prima para sua

(45) — *Pirangueiro*, no linguajar planaltino, é o homem que habita às margens de um rio. O mesmo que piraquára.

mais importante indústria, a do fabrico de esteiras de tabúa ou do piri, extrai também o palmito e fabrica remos, gamelas, etc. . Tudo isto é vendido aos domingos em Itanhaém, até onde chega em sua minúscula canoa.

Entretanto, êste misto de caiçara e pirangueiro, vem diminuindo a olhos vistos, com a penetração cada vez maior dos bananais na região. Como os praianos da praia Grande, êle não se amoldou à vida civilizada e, fugindo sempre para as nascentes dos rios, vai aos poucos desaparecendo.

Ultimamente, quando um movimento de retôrno á costa se faz sentir cada vez mais forte, com a onda de turistas e veranistas a perambular pelas nossas praias, numa ânsia de transforma-las em centros de repouso e de passeios, o praiano como que acordou de longo letargo. Se os mais velhos olham ainda com desconfiança para o forasteiro, os mais moços já sentem vontades de se aproximar, de entrar em contato com o "civilizado" de serra acima. Aliás, esta vontade dos mais moços, de se libertarem daquele ambiente retrógrado, se nota também no êxodo de muitos para São Vicente, Santos e mesmo São Paulo, onde vão procurar nova vida.

Ora, se no passado, conforme nos conta Calixto, as praias viviam despovoadas, por causa da corrida às terras auríferas, só ficando os inferiores, no presente continuam elas a presenciar a fuga de seus filhos, que não concordam em permanecer na terra de seus antepassados, no mesmo modo de vida primitivo e rude. O veranista chega, o caiçara sai e a praia fica deserta, porque a chegada do primeiro não irá concorrer para um novo povoamento, a não ser passageiro e, assim mesmo, apenas em certos trechos, como os arredores dos núcleos urbanos. E mesmo nestes, onde se constroem habitações as mais variadas, o povoamento continua incerto, pois o veranista, se não encontrar facilidades para sua rápida estada no local, acabará afastando-se do mesmo. É êsse justamente o problema itanhaense: o de procurar um modo, não só de atrair cada vez mais o forasteiro, mas também de fixa-lo por mais tempo nas suas praias. Isso só conseguirá quando oferecer certos requisitos de conforto, tais como transporte facil e barato, facilidade de abastecimento não apenas nos hotéis, mas nas casas particulares, etc.. Se o problema dos transportes vier a ser resolvido com a construção de estradas pelos poderes públicos, o da produção só poderá ser feito com a educação e, portanto, a transformação do caiçara.

Embora pareça paradoxo, a primeira coisa a se ensinar ao nosso praiano seria a pesca. Sim. o caiçara precisa aprender a pescar, não só para se alimentar, como para ter uma renda com que contar. Além da pesca, o praiano precisa aprender a cultivar a terra. Este último aprendizado será mais difficil, pois, além de não possuir uma tradição agrícola, terá êle de vencer um solo sáfaro, que, como ou-

tros de nosso Brasil, ou ficou pior quando cultivado, ou foi deixado de lado como improdutivo. Mas o aprendizado da pesca precisa ser feito quanto antes, se não quisermos ver o completo despovoamento de nossas praias.

O homem do bananal — Além do caicára e do tabacudo, um outro tipo humano se destaca no “hinterland” itanhaense: o trabalhador dos bananais. Embora recente na região pois sua existência ali data de menos de um quarto de século, o chamado camarada de sítio já representa uma boa parte da população da zona, se nos lembrarmos de que, em média, cada 100.000 touceiras de bananas comportam de 30 a 40 trabalhadores, e que a baixada do Itanhaém tem tido de 3 a 4 milhões de touceiras nos últimos 15 anos. Assim sendo, quase 1/6 da população total do município seria representada pelo “camarada de sítio”.

Quando os primeiros desbravadores da baixada itanhaense principiaram a preparar terras para os seus futuros bananais, contavam encontrar trabalhadores na própria zona, quer nas vilas e suas praias próximas, quer mesmo em certos trechos dos rios. Mas desde logo viram que não poderiam valer-se do braço local, pois nem o caicára nem o tabacudo dariam conta da tarefa. Alás, já se tinha o exemplo dos bananais santistas, onde apenas excepcionalmente se via um praiano empregado. Indolente e sem resistência, mercê dos três males que o afligem desde criança — a malária, o amarelão e a fome endêmica — o caicára nada ganhou com a abertura das zonas pioneiras litorâneas. A prova nos é dada pela permanência do seu gênero de vida, aliás, dos mais primitivos, como já se viu, e pelo esforço que os donos dos sítios tiveram que despender para conseguir fóra os seus trabalhadores (46).

De qualquer forma, porém, são alienígenas os trabalhadores dos sítios itanhaenses, onde atualmente há o predomínio dos nordestinos. (foto 15) Esses trabalhadores compõem, assim, a população dos bananais, que nada tem em comum quer com a população praiana local, quer mesmo com a população existente nas propriedades rurais do planalto. Basta um leve exame nos aspectos humanos de um sítio de banana para se observar o quanto é diferente de uma fazenda do interior.

Como já foi dito, a população bananeira é flutuante, desde que é uma reflexo direto do tipo de agricultura empregado, a “agricultura comercial”, cujo único fito é a exportação em massa do produto, sem tempo para cuidar das consequências futuras desse método de exploração da terra. Ora, resulta daí encontrar-se nos bananais um

(46) — Até 1932-33, o grosso dos trabalhadores dos sítios itanhaenses vinha de Santos e constituía-se principalmente de espanhóis, portugueses e alguns pretos; mais tarde os camaradas passaram a ser recrutados no planalto (Una, Itapeericca, Salesópolis, etc.). De 1940 para cá, os nordestinos começaram a predominar. Uma exceção, porém, é, juste que se faça: muitos praianos de Ubatuba e Parati, trecho da nossa costa onde há uma certa tradição agrícola, têm trabalhado também nos sítios de Itanhaém.

tipo de trabalhador agrícola que muito se assemelha aos que labutam nas zonas das indústrias extrativas e em que predomina uma economia de coléta.

Nenhum bananeiro cuidou de levar para a zona uma colonização fixa, na qual os trabalhadores permanecessem, pelo menos, presos por contrato de um ano, como acontece no planalto. O regime de camarada volante, ganhando por tarefa ou por dia de serviço, foi, então, um reflexo do tipo de agricultura de "plantation", tão em voga nas lavouras tropicais, de que os bananais das Antilhas são um exemplo ampliado, quando comparados aos nossos. Isso trouxe sérias consequências para o povoamento local, pois o camarada prêso apenas pelo dia de serviço, acaba perambulando pelos bananais, trabalhando hoje num sítio, amanhã noutro, num seminomadismo próprio das regiões de economia primitiva. É fácil de ver que a predominância do elemento masculino ali é absoluta e são raros os casos de trabalhadores acompanhados de suas famílias, o que nos leva mais uma vez a comparar o problema na região com o que se deu e continua a se dar, em parte, na Amazônia e mesmo na zona cacauceira do sul da Bahia. Últimamente, êste aspecto se tornou mais evidente, com a chegada e mesmo a predominância dos trabalhadores nordestinos que, se por uma lado permanecem mais tempo numa mesma propriedade (47), por outro, vindo completamente sós, contribuem ainda mais para agravar o problema do povoamento definitivo da zona bananeira.

A administração dos sítios, de uma simplicidade espantosa, é outro fator responsável pelas más consequências dêsse povoamento. De fato, um sítio de banana, por maior que seja, muito raramente é dirigido diretamente pelo dono, mas sim por um feitor, quase sempre recrutado entre antigos trabalhadores. Êste feitor é responsável pelo aliciamento de camaradas, pela direção e trato dos bananais e, particularmente, pelo corte da fruta. Mora na casa da séde, que às vêzes é ligada ao barracão dos camaradas numa construção só, de madeira, coberta de telhas ou, então, de folhas de zinco. Ao feitor cabe, além dos trabalhos já citados, a anotação dos gastos dos camaradas no que diz respeito ao pagamento de pensão e compra de cigarros, fósforos, bebidas, etc..

Não se constroem casas para moradias familiares e, sim, barracões enormes — o tipo clássico de habitações coletivas usadas na Amazônia na época do "inverno". Nestes barracões, amontoam-se dezenas de homens pelas tarimbas adrede preparadas, que fazem as

(47) — Visitando a propriedade do Dr. Luciano de Castro, a "Fazenda Aurea", onde já se notam esforços para melhorar as condições de vida num sítio, tivemos ocasião de saber que o trabalhador nordestino permanece de 8 a 10 meses no local, sem sair, nem mesmo para ir a Santos; consegue, assim, numa economia forçada, um certo pecúlio, aproveitado no fim do ano para visitar a família.

Ao Dr. Luciano de Castro, que com nimia gentileza nos prestou inúmeras informações, bem como nos hospedou varias vezes em sua propriedade agricola, queremos deixar aqui os nossos sinceros agradecimentos.

vezes de cama (estas existem num ou noutro sítio, onde os patrões já têm um senso maior de conforto para seus subordinados).

Como a casa da sêde é sempre feita sôbre estacas, devido não só às enchentes, como particularmente à umidade (mesmo as situadas nas encostas são construídas assim), sobra sob ela um espaço enorme, um verdadeiro porão aberto, que é, aproveitado para servir de refeitório (foto 16); nela se coloca uma enorme mesa, rodeada de longos bancos, onde o trabalhadores fazem o seu repasto (48).

Além da casa da sêde e do barracão coletivo, só excepcionalmente se vêem outras construções num sítio; um rancho de zinco ou de sapé para guardar os instrumentos de trabalho ou de transporte (máquinas, vagonetas, tc.,) raramente, alguma casa de moradia familiar, onde se aloja uma ou outra família contratada (caso da Fazenda Áurea).

Os camaradas não se diferenciam muito por suas categorias; salvo dois ou três especialistas e, por isso mesmo, melhor pagos por seus serviços de maior responsabilidade — o “valeiro”, o “desbastador” e o “lancheiro”, os demais servem nos vários mistéres diários de um bananal, tais como roçadas, concêrtos de linhas de troles (49), limpeza de valas, etc..

Até 1940, salvo feitor e o “lancheiro”, que sempre foram mensalistas, bem como o “valeiro” e o “desbastador”, que sempre ganharam por empreitadas, todos os demais trabalhadores percebiam por dia de serviço. Nos últimos tempos, porém, os bananeiros resolveram tratar os seus sítios por empreitadas (50), desde as roçadas até os córtes. Se por um lado êsse mêtodo veio incentivar o camarada a produzir mais por dia de trabalho, por outro, trouxe sérias consequências para o trato do bananal e da própria fruta, desde que se leve em conta o pouco senso de responsabilidade que tem o nosso trabalhador.

Vivendo em promiscuidade nos barracões de madeira, sem quaisquer vestígios de higiene; com dias de trabalho pagos irregularmente e, mesmo assim, na cidade de Santos, onde fica o patrão com o seu escritório; com descontos elevados em seus ordenados, mercê não só do pagamento de sua pensão como dos gastos extraordinários em cigarros e fósforos, bebidas, etc.; trabalhando numa zona nada hospitaleira quanto ao seu clima, num tipo de trabalho

(48) — A título de curiosidade, lembramos que a pensão paga pelo camarada dá-lhe direito a três refeições diárias, o café com biscotos pela manhã, almoço e jantar, constituídos principalmente de arroz, feijão e carne-sêca com batata, pagando por tudo isso Cr.\$10,00 diários.

(49) — Linhas de Troles — Nome dado aos decauvilles nos bananais litorâneos.

(50) — O feitor ganha em média de Cr.\$700,00 e Cr.\$1.500,00 por mês, l'vres. O camarada até 1930 ganhava Cr.\$8,00 por dia, pagando Cr.\$3,00 de pensão. Depois daquela data, os aumentos foram-se fazendo gradativamente, de maneira que hoje ganha Cr.\$30,00 a Cr.\$40,00 diários, pagando Cr.\$10,00 de pensão. Atualmente os bananeiros resolveram contratar serviços quase que sômente por empreitada, á razão de Cr.\$250,00 a Cr.\$300,00 por mil pés a roçada; na ocasião dos cortes o camarada ganha por cacho transportado, á média de Cr.\$ 0,15 a Cr.\$0,20 por unidade, de acôrdo com a d'stância até o pôrto ou linha de trole.

árduo, o homem dos bananais em nada fica a dever a seus patrícios de outras zonas tropicais, no que diz respeito ao baixo padrão de vida.

Aqui, como na zona cacaueira da Bahia ou nos seringais da Amazónia, o trabalhador tem de enfrentar não só a natureza rude como também a rudeza de seu semelhante.



**Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central**



FOTOS 10 e 11

Casas de praianos de Itanhaém, que não passam de rudimentares abrigos construídos com material retirado do próprio local, troncos de palmeiras, massaranduba, sapé. Notem-se os tipos de praianos, com evidentes sinais de sub-nutrição. (fotos Pierre Gourou e do autor).



FOTOS 12, 13, 14

Tipos de pralanos — Na primeira foto o caicára aparece junto de sua casa construída em parte com material encontrado nas praias, táboas e vigas que o mar aí atira. Na segunda, um casal de pralanos ocupado na procura de sernambi, pequeno molusco que auxilia a parca refeição diária. (Fotos do autor).

Uma roça na praia de Pernibe — Note-se a confusão dos produtos cultivados, bananeiras, cana e mandioca. (Foto do autor)



**Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central**



FOTOS 15 e 16

Um grupo de trabalhadores nordestinos juntamente com o administrador da "Fazenda Aurea", defronte ao barracão dos camaradas. (foto A. R. Penteadó)

A casa da séde da "fazenda Aurea" na encosta de um morro, e onde se nota o porão alto que serve de saia de refeições aos camaradas. (foto A. R. Penteadó)

CAPITULO III

A "VILA" DE ITANHAÉM

— Itanhaém e seu sítio urbano. Uma visão do passado. Itanhaém de nossos dias.

Itanhaém e seu sítio urbano — Observando-se num mapa, embora rapidamente, a vastidão das praias Grandes e Peruíbe, compreenderemos por que o local onde se erigiu Itanhaém foi o escolhido, sobrepujando o antigo aldeamento indígena de São João Batista. Chama logo a atenção a existência da barra de um rio, que permitia a entrada de embarcações e, das pequenas saliências, que se destacam na planura, próximas umas das outras. (foto 17)

A cidade nasceu ao pé do morro do Convento (o menor deles), sobre as restingas que se formaram à custa do ponto de amarração por êle oferecido. Inicialmente, o sítio se limitava a uma língua estreita de terra enxuta, um verdadeiro pontal, cercado pelo mar ao sul e sudeste, pelo rio que tocava a base do morro a oeste e, finalmente, pelos manguezais a nordeste. Nas proximidades da praia, os alinhamentos de dunas, com cêrca de dois ou três metros de altura, vieram servir de proteção contra a invasão das águas por ocasião das grandes marés, numa praia de tombo, como é a dêsse trecho, fazendo com que o local primitivo da cidade fôsse enxuto.

Hoje em dia, a área ocupada pela cidade foi bastante ampliada com a conquista de novas terras, ganhas aos manguezais, graças ao recuo do leito do rio feito sôbre sua margem direita. O forte desvio do rio veio levá-lo de encontro ao morro Cunha Moreira, antes ilhado na baixada, tornando a barra de mais difícil acesso e roubando aos frades do Convento do alto do morro o seu pôrto. A área pantanosa, coberta de mangues e perrechis, que foi acompanhando o desvio do rio Itanhaém, foi definitivamente conquistada com a construção do atêrro da estrada de ferro em 1915. Tal atêrro veio permitir o rápido secamento das terras apertadas contra êle e a foz do rio, deixando, porém, substituir o mangue logo à sua direita onde penetram as águas da maré alta.

A consequência disso tudo é que, atualmente, podemos distinguir em Itanhaém (com um certo exagero de expressão), uma "cidade alta" e uma "cidade baixa".

A primeira, ocupando a parte mais enxuta, isto é, a restinga propriamente dita, a 4 metros de altitude, e correspondendo à parte central da cidade, é justamente o trecho representado pelo casario velho, parede contra parede, renteando a calçada, formando as duas ruas antigas, o largo da Matriz, e que, à maneira das restingas, nasceu ao pé do outeiro do Convento. Ainda hoje é o trecho que guarda os vestígios da Itanhaém do passado; o homem pouco o modificou, desde que o construiu. (foto 18)

A segunda, a que chamamos de “cidade baixa”, ocupa a área recém-conquistada ao mar e ao rio, após a construção do atêrro da estrada de ferro; está separada da “cidade alta” por pequenos declives e barrancos arenosos, uma vez que existe um desnível de uns 3 metros, em média, entre as duas partes. Este trecho baixo da cidade, colocado apenas a um metro de altitude, e sôbre terrenos ainda pouco consistentes, necessita de constantes trabalhos de drenagem e saneamento, problema, aliás, que sómente nos últimos tempos tem merecido certa atenção dos poderes públicos (51). Contudo tal trecho é o que mais se desenvolve atualmente, uma vez que é o mais próximo do rio, e ponto de passagem para as praias de banho. (foto 19)

Esse sítio foi ainda estendido para além do rio, na sua margem direita, no local chamado da Prainha, justamente sôbre um “tombo-lo” que liga os morros do Taquanduva e Cunha Moreira; êle apresenta um fator importante para a sua ocupação, as duas praias apropriadas para banhos, já que a extremidade da praia Grande oferece perigos para os banhistas.

No entanto, a ocupação de todo o atual sítio urbano só se fêz de há pouco tempo para cá. Quem até 1930, do alto do morro do Convento, observasse a paisagem urbana de Itanhaém, veria que ela não mudára muito em relação aos tempos passados. Salvo uma ou outra construção nova, em geral de gente de fóra, e o trecho baixo da cidade, já à beira do rio, que, conforme vimos, estava sendo conquistado desde a construção do atêrro da estrada de ferro Santos-Juquiá, o mais continuára no que sempre fôra a vila colonial — uma das menos importantes na orla litorânea paulista.

Fundada ainda nos primórdios do quinhentismo, iniciando o povoamento de suas vizinhanças com um certo interesse da parte dos que então logravam explorar as suas plagas, e servindo como sêde de Capitania por mais de século, nem assim pôde Itanhaém ir para a frente, e acompanhar o desenvolvimento de outros núcleos que também se formaram no litoral de São Paulo pela mesma época. É que sôbre ela pesam, além de uma situação geográfica infeliz, sé-

(51) — As valas eram abertas ao longo das ruas e permaneciam a céu aberto; últimamente têm sido cobertas. A detetização tem sido feita periodicamente, não só na cidade, como também nos sítios de banana do interior da baixada, de modo que o surto de malária vem diminuindo sempre. Aliás, o plantio dos bananeiros na faixa interior muito contribuiu para a redução dos casos de malária na zona.

culos de abandono por parte dos poderes oficiais. Dir-se-á que êsse abandono foi geral, abrangendo também as demais cidades litorâneas. Entretanto, em algumas delas o problema da situação era outro. Ou porque tivessem um "hinterland" vasto e produtivo, ou porque estivessem em relações diretas com o planalto, o fato é que Igua-pe, São Sebastião e Ubatuba tiveram o seu período áureo, como ainda hoje atestam os seus sobrados e casarões senhoriais. Nada disso se viu em Itanhaém, onde, salvo as duas igrejas coloniais e os restos do convento franciscano, nada mais existe que possa mostrar um período de grandeza. Aliás, quando falamos do povoamento e da população, tivemos ocasião de comentar a pobreza dos arredores de Itanhaém, desde os séculos coloniais; não é para admirar, pois, que na cidadezinha também se refletisse aquela pobreza, atestada por descrições de viajantes que por lá passaram ou por quem a visitasse até há bem pouco tempo.

Se, nos últimos dez anos, se pode observar um certo movimento de renovação na pequenina "urbs" e seus arredores, tal fato se deve exclusivamente aos veranistas paulistanos, que, na ância de encontrar um refúgio para os seus dias de folga, têm feito algo de novo em vários trechos das praias paulistas, inclusive na região de Itanhaém.

Uma visão do passado — A fundação da atual Itanhaém teve lugar por volta de 1549, época em que já existia um aldeamento indígena, dirigido por portugueses, distante duas léguas e meia do local, em plena praia de Peruíbe (52). Êsse aldeamento fôra fundado quando da estada de Martin Afonso em São Vicente e passa, assim, por ser a segunda povoação criada por aquêlê donatário no litoral da antiga Capitania. O primitivo nome dêsse aldeamento foi Itanhaém, pois aí habitavam os índios conhecidos por êste nome. Daí a confusão que fariam mais tarde os historiadores, sôbre a data e o local da fundação da Itanhaém de nossos dias.

Apesar de não ser historiador, Benedito Calixto se incumbiu de deslindar, não só o caso da fundação da cidade, como também todos os problemas que a ela estiveram ligados, durante o rumoroso processo Vimieiro-Mon-Santo, originado pela demanda entre os herdeiros de Martin Afonso e Pero Lopes, na disputa das terras das antigas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro (53)

Publicando em 1895 o seu primeiro trabalho sôbre o assunto, Calixto demonstrou como se teria dado a fundação, primeiro do aldeamento dos indígenas em plena praia de Peruíbe, depois a criação

(52) — *Vide capítulo povoamento.*

(53) — CALIXTO (BENEDITO) — A Vila de Itanhaém op. cit.

Idem — *Capitania de Itanhaém (Memória Histórica)* — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XX.

Idem — *Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém* — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X.

da povoação portuguesa na foz do rio Itanhaém. Eis como o autor explica esses fatos:

“A povoação de Itanhaém foi fundada por Martin Afonso de Souza, entre os anos de 1532 e 1533, duas léguas e meia a oeste da atual vila, no lugar em que hoje existem as ruínas da Igreja e Colégio dos Jesuítas, na aldeia de São João Batista. Regidos por um pároco, viviam ali alguns colonos no meio dos indígenas, que constituíam desde tempos imemoriais, a aldeia dos Itanhaéns.

Por ordens de Martin Afonso e, mais tarde, sob a direção do pio e virtuoso Gonçalo Monteiro, imediato sucessor deste no governo da Capitania de São Vicente, deu-se principio à Igreja, parquial, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Em 1549, vieram estabelecer-se, neste litoral, o castelhana João Rodrigues e o português Cristovão Gonçalves. Estes individuos, homens de certa importância, que vinham com fim de estabelecer feitoria agricola, acharam que o terreno sito à margem esquerda do rio Itanhaém se prestava com melhor vantagem para um estabelecimento, o que levaram a efeito immediatamente” 54).

Pelas palavras do autor, vê-se claramente que desde o início o português percebera que o local da aldeia dos itanhaéns não era favorável, principalmente por causa do problema das comunicações, não tendo um porto para atracação de barcos e tendo o rio Itanhaém como obstáculo no caminho através da praia. O fator geográfico — localização, sobrepujou então os fatores de ordem humana, que no caso seria o interesse do português em conservar a amizade dos indígenas, procurando instalar-se junto a eles, ao invés de obrigá-los à transferência de sua aldeia para um ponto mais vantajosamente situado.

É interessante estabelecer-se um paralelo entre tais fatos, que se deram na baixada litorânea, e os que pouco depois iriam repetir-se no planalto, com Santo André da Borda do Campo e o Colégio dos Jesuítas (55). A mesma preocupação de uma localização melhor obrigou o português a transferir toda a população de um local para outro; a diferença consiste em que, no planalto, venceu a aldeia dos religiosos, enquanto na baixada foi a civil a vitoriosa.

Embora os jesuítas se tivessem instalado na aldeia dos itanhaéns, construindo aí uma igreja e convento, de que hoje só restam algumas ruínas invadidas pelo mato (56), sua influência na fixação do colono neste trecho da praia não se fez sentir. Os colonos preferiram mudar-se para o novo local da recém-fundada Itanhaém, mesmo

(54) — CALIXTO (BENEDITO) — A Vila de Itanhaém, pags. 25 e 26.

(55) — CAIO PRADO JUNIOR — O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo — in Geografia — ano I, n. 3, São Paulo, 1935.

(56) — Este convento foi um dos três construídos numa só década na Capitania de São Vicente; os dois outros foram levantados em São Vicente e São Paulo (1549-1559). Infelizmente, dele só existem de pé os restos de três paredes, coroando o alto de um pequeno morro. Tais ruínas da sólida construção dos jesuítas são conhecidas pelo nome de “Ruínas do Abarebê”, lembrando o padre Leonardo Nunes.

porque existia também ali o problema da rivalidade entre civis e religiosos, em tôrno da "posse" do índio.

Na década 1550-1560, de tanta importância para a história paulista, Itanhaém recebeu bastante incremento, devido principalmente à chegada de inúmeros vicentinos fugidos com receio da Confederação dos Tamoios, tanto assim, que a povoação pouco tempo depois (1561) foi elevada à categoria de vila, tornando-se a segunda com êste título na Capitania de São Vicente (57).

O período de maior prosperidade da antiga Itanhaém, começado em 1561, tomou vulto a partir de 1624, quando foi erigida em cabeça de Capitania, mercê das divergências havidas entre os herdeiros de Martim Afonso e Pero Lopes. Passando a vila de São Vicente a fazer parte da antiga Capitania de Pero Lopes, a condessa de Vimieiro achou de bom alvitre localizar em Itanhaém a séde da Capitania Vicentina (58).

Diremos, porém, que esta prosperidade foi relativa, não se comparando ao que vinha sucedendo em outros pontos da costa brasileira, como Rio de Janeiro, Santos e Iguape. Méro arbítrio de um donatário que não conhecia senão por informações o que se passava em seus domínios (59), a escolha de Itanhaém para substituir São Vicente foi das mais infelizes do ponto de vista administrativo. Sem qualquer ligação com o planalto ou mesmo com as outras vilas e povoados do litoral, com os quais as comunicações eram difíceis; sem qualquer atrativo, de que pudesse prevalecer-se como séde administrativa de uma vasta região; sem interferência direta nas zonas produtoras, que então se formavam nos vales do alto Tietê e do Paraíba e mais tarde nas Minas Gerais, custa-nos crer que os capitães-mores de Itanhaém pudessem ter autoridade sôbre os piratinicanos, parnaibanos ou taubateanos da época.

Assim não pensa Calixto, seu filho ilustre, que, nos seus vários escritos sôbre a Capitania de Itanhaém, procurou mostrar a influência da séde sôbre as regiões que lhe pertenciam. Parece-nos, porém, mais acertado aceitar o contrário, deixando a Itanhaém apenas a glória de ter sido séde teórica da antiga Capitania de São Vicente e resi-

(57) — A elevação de Itanhaém à vila foi realizada pelo capitão-mor Francisco de Moraes, loco-tenente de Martim Afonso, a 19 de Abril de 1561. CALIXTO (BENEDITO) — *A vila de Itanhaém*.

Com a ereção à categoria de vila da povoação fundada junto à foz do rio Itanhaém, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, a primitiva aldeia indígena da praia de Peruíbe, que tivera essa mesma designação desde 1533, passou a ser chamada São João Batista.

(58) — Leia-se, sôbre o assunto, os trabalhos de Calixto, Machado de Oliveira, Frei Gaspar, Pedro Taques, que fizeram explanações sôbre o rumoroso processo Vimieiro-Mon Sauto, só terminado com a elevação de São Paulo à sede das antigas Capitania de São Vicente e Santo Amaro, já no século XVIII. Alguns desses historiadores acham que a vila de Itanhaém muito prosperou quando foi séde de Capitania, o que nos parece exagero.

(59) — O último trabalho publicado sôbre os capitães-mores de Itanhaém foi escrito por Francisco de A. Carvalho Franco, na Revista do Arquivo Municipal, ano VI vol. LXX, São Paulo, 1940. Sôbre o mesmo assunto escreveram Marcelino Pereira Ceto, Ermelino de Leão e Benedito Calixto, em trabalhos publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

dência dos seus capitães-mores, cuja lista é longa e que ainda em nossos dias está sendo discutida pelos que se ocupam da sua história, mas de uma história meramente decritiva, senão enumerativa, sem qualquer aspecto interpretativo.

De qualquer forma, porém, pelo pouco que se sabe do passado itanhaense nos séculos XVII e XVIII, pelas informações de alguns viajantes que por lá passaram nos princípios do século XIX e, mesmo, por sucintas descrições de historiadores, vê-se que a antiga vila, tão bem começada nos seus primeiros dias de vida, entraria logo num estado de estagnação, que iria pronunciar-se com o tempo, chegando até nossos dias.

Já tivemos ocasião de falar sôbre a pequena importância dos arredores de Itanhaém e mais algumas informações sôbre a vila do século XIX bastarão para nos dar uma idéia mais concreta do que vimos afirmando até aqui — a pobreza de Itanhaém.

Em 1805, passando pela vila, Martim Francisco de Andrada assim a descreve:

“Esta vila está situada em uma planície que se estende até a praia e pouco arredada dela; verdadeiramente fica pouco distante da costa do mar e, ao lado, na margem, corre um rio do mesmo nome, que continua até a serra donde há uma picada para a Freguesia de Santo Amaro. Neste rio podem entrar pequenas barcas, as quais podem sair à meia carga e acabar de carregar fora, segundo me assegurou. Deixei de fazer cuidadosas indagações por este rio visto me dizer a gente do país que nada havia que ver. . . Sua população anda por mil e tantos habitantes, entrando a aldeia; o forte da cultura do país é a plantação de mandioca; pouco café e cana; a maior parte do povo preocupa-se em serrar madeiras, tanto assim que os dizimos no triênio somente montam a 700\$00, mingua do rendimento para uma povoação que fôsse menos indolente e mais ativa”. (60).

Meio século depois, a situação de Itanhaém ainda era a mesma, pelo que se conclui da leitura da lista que vai transcrita a seguir. Quando alguns municípios do litoral tinham as maiores rendas da Província, a antiga séde da Capitania vicentina se apresentava num dos últimos lugares.

RENDA MUNICIPAL EM 1852 (61)

Ubatuba	5.113\$223
Santos	4.467\$650
São Sebastião	3:146\$512
Iguape	1:209\$001
Itanhaém	308\$566
Cananéia	272\$143
São Vicente	42\$196

(60) — Cf. MOREIRA PINTO (ALFREDO) — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil* — Imprensa Nacional, Rio 1896.

(61) — *Anais da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo* — 1852 — Arquivo do Estado.

Foi o período em que o litoral norte alcançou seu apogeu econômico-demográfico, à custa não somente de suas lavouras, mas particularmente devido à riqueza cafeeira do vale do Paraíba, de que era o escoadouro. Ora, Itanhaém está no litoral sul, trecho que jamais pode valer-se das vantagens econômicas do planalto.

No último quartel do século, Itanhaém continuaria na mesma, como se pode atestar pela seguinte descrição:

“Esta antiga capital da Capitania está presentemente reduzida a uma mesquinha povoação, por vêzes apelidada Conceição, por ser a sua Igreja de invocação desta Senhora. Apenas se faz em seu pórtio algum comércio de farinha de mandioca e de taboado”. (62).

Mesquinha povoação seria ela ainda no tempo de Calixto, já no fim do século; leiamos suas palavras e vejamos como são expressivas:

Itanhaém, apesar de ter-se mantido com foros de vila, com as dificuldades que teve de vencer, continua, no meio da ordem e progresso em que vivemos, a ser ainda a vila e município mais pobre do Estado de São Paulo. Quase tudo é primitivo. O seu comércio, a sua indústria, a sua lavoura são nulas por assim dizer. O estado atual da sua barra, a falta absoluta de transporte fácil para os municípios limitrofes, atrofia e mata a sua pequena lavoura. Por êsse motivo, o povo só produz o necessário para a sua subsistência.” (63).

Se, há quase um século, conforme vimos através de dados transcritos, Itanhaém se colocava num dos últimos lugares, no que diz respeito às rendas dos municípios paulistas; se, pouco tempo depois, Calixto a descrevia como séde do mais pobre município de São Paulo, não é para admirar que em pleno século XX a fossemos encontrar tal qual fôra desde os tempos coloniais, dentro daquela moldura de verdadeira “cidade morta”.

Ora, êsse atraso e falta de progresso encontrados em Itanhaém desde os seus primórdios, têm sido explicados principalmente pela sua situação geográfica, como aliás já frizamos várias vêzes. Mas, êsse aspecto da geografia itanhaense ao qual vimos dando tanta importância para o desenvolvimento, ou melhor, para o não desenvolvimento da zona em épocas passadas, parece que, em pleno século XX, não pode mais ser levado em tanta consideração.

Se o meio físico em todo o litoral paulista sempre foi difícil de ser vencido e em Itanhaém mais ainda, contudo na nossa época já não se pode mais dizer o mesmo. Exemplos existem, nas ilhas de São Vicente e Santo Amaro, onde o homem conseguiu demonstrar ple-

(62) — MILLIET DE SAINT — ADOLPHE — *Dicionário Geográfico, Histórico e descritivo do Império do Brasil* — Paris, 1875.

(63) — CALIXTO (BENEDITO) — *A vila de Itanhaém*, págs 48 e 49.

namente o quanto vale a técnica, auxiliando-o na sua luta contra o meio. Ora, Itanhaém podia ser também, de há muito, mais um exemplo desta bela vitória humana, que hoje se nota nos sítios de Santos, São Vicente e Guarujá, se outros tivessem sido os caminhos seguidos, não apenas por seus filhos, mas também pelos dirigentes de nossa terra.

A falta completa de obras públicas, que se nota não só na cidade como principalmente no meio rural, constitui um atestado do que acabamos de afirmar. A não ser a água encanada, inaugurada em 1907 e que, por isso mesmo, já está necessitando de reformas, no mais, tudo falta ali; iluminação pública constante, rede de esgotos, ruas cuidadas, prédios escolares, estradas, enfim toda a série de melhoramentos que um povo que se diz civilizado possui, em Itanhaém são desconhecidos. (63 a)

Diante de tudo isso, é perfeitamente explicável o papel secundário representado por Itanhaém na história econômico-social da zona litorânea paulista, mesmo quando esta foi das mais importantes regiões da Província no século passado, época em que Iguape, São Sebastião e Ubatuba tiveram o seu período de agitação e de fartura.

Itanhaém em nossos dias — Itanhaém, até há uns 20 anos, salvo algumas construções de gente de fora, continuava sua existência apagada. É verdade que este marasmo vinha de longe, dos séculos anteriores, conforme vimos, mas a cidadezinha continuava a oferecer resistência ao desaparecimento completo, conseguindo, até a República, manter-se como sede municipal. Mas, se questões históricas, políticas e mesmo sentimentais continuaram a dar a Itanhaém, como no passado, fôros de cidade, do ponto de vista geográfico já não podemos dizer o mesmo. Nenhum dos principais característicos tomados pelos geógrafos modernos para designar uma cidade (64), existe ali.

Nem a estrada de ferro que a liga a Santos desde 1915, nem os bananais que se formaram em seu reduzido "hinterland", deram-lhe fôrças para reagir. Embora Itanhaém possuísse nos últimos 20 anos as zonas pioneiras mais importantes do litoral, com a criação em seus arredores de uma riqueza representada por mais de 4 milhões de touceiras de bananeiras, nem assim, à sede municipal se poderia dar, sob o ponto de vista comercial, o título de capital regional. E' que aquela imensa riqueza agrícola se isolára na baixada interior,

(63 a) — E' de justiça que se faça aqui uma ressalva ao atual prefeito de Itanhaém, Sr. Harry Forssel que, dentro dos parcos recursos das rendas municipais, tem procurado melhorar o aspecto da cidadezinha.

(64) — CHABOT (GEORGE) — *Les Villes* — Col. Armand Colin, Paris, 1948.
LA BLACHE (VIDAL de) — *Principes de Géographie Humaine* — Lib. Armand Colin, Paris, 1936.

LAVEDAN (PIERRE) — *Géographie des Villes* — Col. Pierre Deffontaines, Paris, 1936.

BRUNHES (JEAN) — *La Géographie Humaine* — Lib. Felix Alcan, Paris, 1925.

estabelecendo relações diretamente com Santos, apenas transitando pela cidadezinha, em viagem para o grande pórtio exportador, sem nada lhe deixar.

A partir de 1930 (65), com a melhoria dos serviços ferroviários da linha Juquiá, havia pouco encampada pelo Governo do Estado, intensificaram-se as visitas dos forasteiros planaltinos, que não tardaram em se tornar veranistas, contribuindo assim para uma nova época na evolução de Itanhaém. Deu-se ali o mesmo fenômeno a que se assistiu em São Vicente e que se continua ainda hoje a presenciá-lo, isto é, a transformação da cidade à custa do veranista. De fato, a “célula mater” brasileira, nos primeiros anos deste século, definhava cada vez mais, aparecendo em condições bastante precárias.

Depois da guerra de 1914-18, quando principiou o hábito de veranejar com mais frequência nas praias santistas, também as belas praias vicentinas começaram a ser visitadas (66) e, com isso, as primeiras residências para veraneio passaram a ser construídas; atrás delas, os palacetes de gente abastada do planalto e até da própria cidade de Santos (67).

Nos últimos tempos, quando o estado de saturação nos terrenos praianos de Santos parece ter chegado ao auge, os de São Vicente têm marcado época. Assim, nos últimos 10 anos, bairros novos, cheios de construções, vão-se espalhando, das praias de Itararé e Boa-Vista aos costões do lado continental da baía vicentina; do morro da Biquinha ao cômoros de areia, no velho caminho de Santos (68).

São Vicente, tão pobre no princípio do século, é hoje uma das mais prósperas cidades paulistas, com uma renda superior a 10 milhões de cruzeiros (69). O veranista e sómente êle, foi o grande incentivador dêsse renascimento.

O mesmo fenômeno, salvo as proporções, vem-se dando em Itanhaém, a partir também de um período de guerra, a de 1939-45. Aqui, como na terra vicentina, nada havia que pudesse dar idéia de renovação, de movimento e de vida. Aqui, como lá, embora já se houvesse criado uma riqueza agrícola de importância, esta jamais

(65) — Antes de 1928, ano em que o Governo do Estado encampou a ferrovia, já havia em Itanhaém um ou outro prédio moderno, de pessoas de São Paulo, mas que, pelo seu número reduzido, em nada mudára o aspecto da cidade.

(66) — Por essa época inaugurou-se a ponte-pênsil, ligando a ilha de São Vicente ao continente, pondo assim, a poucos minutos de Santos, o Boqueirão da Praia Grande; foi quando os primeiros automóveis começaram a percorrer aquela extensa praia, chegando de vez em quando a Itanhaém, se a maré permitisse.

(67) — Na praia de Boa-Vista formou-se logo um belo bairro residencial, cujos pioneiros foram ingleses, funcionários da Cia. City, da S. P. R. e de vários bancos, todos trabalhando em Santos.

(68) — Este caminho ladeava, pelo oeste, os morros que formam o pequeno maciço central da ilha de São Vicente, passando pelo Voturuvá, pelo engenho de São Jorge dos Erasmos, subindo o morro do mesmo nome e chegando a Santos nas proximidades do atual mosteiro de São Bento.

(69) — Em 1948 a tributação do município alcançou a cifra de Cr. \$ 14.640.521,20, enquanto que em 1939 era de Cr. \$ 1.123.958,20. No princípio do século, em 1900, São Vicente só conseguira obter Cr. \$ 76.290,20 de rendimento municipal.

contribuiu para os parcos rendimentos do município (70). Aqui, como em São Vicente, o progresso chegou como que de improviso, à custa do veranista planaltino.

A cidadezinha praiana vem conhecendo, desde então, um surto progressista, atestado pelo número de construções novas (71), pelos bairros surgidos, pelo movimento, enfim, de seus hotéis. Esse surto, porém, feito exclusivamente por veranistas, não trouxe um aumento à população local, nem mesmo ao seu comércio, assim como não concorreu para criar uma zona hortense ou de pequenas chácaras, onde, além, de verduras, se produzissem leite, ovos, etc.. Nada disso apareceu, e a transformação se fez sentir quasi que somente no campo das novas construções, aumentando o perímetro edificado da cidade. As construções vinham sendo feitas parcimoniosamente desde 1925, só tomando vulto nos últimos 10 anos, a ponto de, nesse espaço de tempo, construir-se 1/3 das atuais casas. De fato, dos 400 prédios que conta Itanhaém atualmente, 132 foram construídos na última década. Estas construções, é bem de vêr-se, não se fizeram no sítio primitivo da cidade, onde, embora se note uma ou outra casa nova, ainda mostra com pequenas diferenças, o que foi a vila do passado; elas se espalharam pela “parte baixa” da cidade, isto é, o trecho que ainda neste século era coberto de água e de manguezais e que, com o levantamento do atêrro da estrada de ferro, foi enxugando gradativamente, arrastando assim a cidade para a barra do rio; estenderam-se pelo chamado “bairro operário”, à margem direita da ferrovia, quase defronte à estação, e, finalmente, pela Prainha, além do rio, junto ás praias de banho utilizadas pelos veranistas.

Formaram-se, assim, á custa dêsse surto construtivo, bairros novos, como a Vila Operária e a Prainha, e teve lugar o aumento perimetral da cidade própria dita, com o seu crescimento pela parte baixa e mesmo pelas proximidades do pontal da praia Grande (vide mapa).

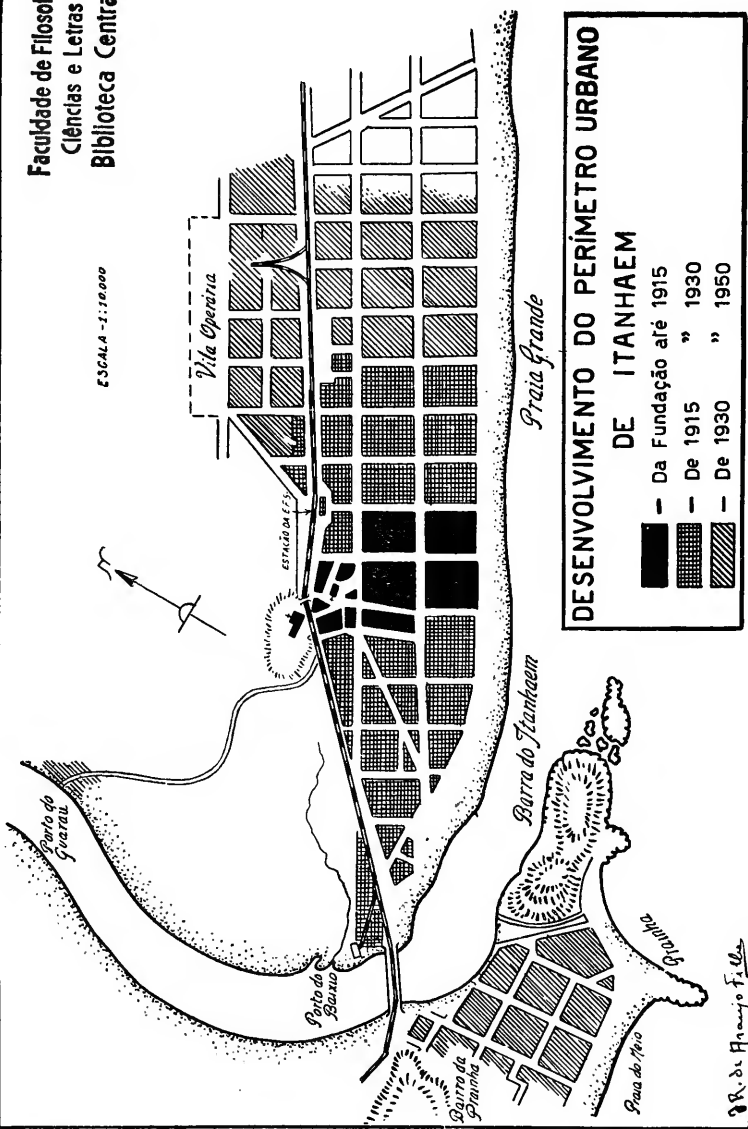
Êsse aumento é visível a qualquer um que suba o morro do Convento e observe a atual paisagem urbana do Itanhaém, que já é bem diferente daquela que se observava em 1930. Ao invés de se avistar a vilazinha como fôra no passado, tem-se a impressão de que o progresso chegou, ainça que de modo lento. Contrastam, logo à primeira vista, o casario velho, constituído por habitações gradudas umas às outras, de telhados enegrecidos pelo tempo, cobertos de musgos e até de plantas mais desenvolvidas, e as casas modernas,

(70) — Como se dá atualmente em Itanhaém, a imensa riqueza que representam os bananais também existiu 30 anos em São Vicente, escoando-se toda para fôra, sem nada de xar à zona e à cidade.

71) — Consultando os alvarás para novas construções, na Câmara Municipal, vimos que sómente a partir de 1923 se principiou a construir pelo menos uma casa por ano em Itanhaém; até então nada mais existia além do que o passado lhe deixára, salvo, é claro, edificações ferroviárias.

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

ESCALA - 1:10.000



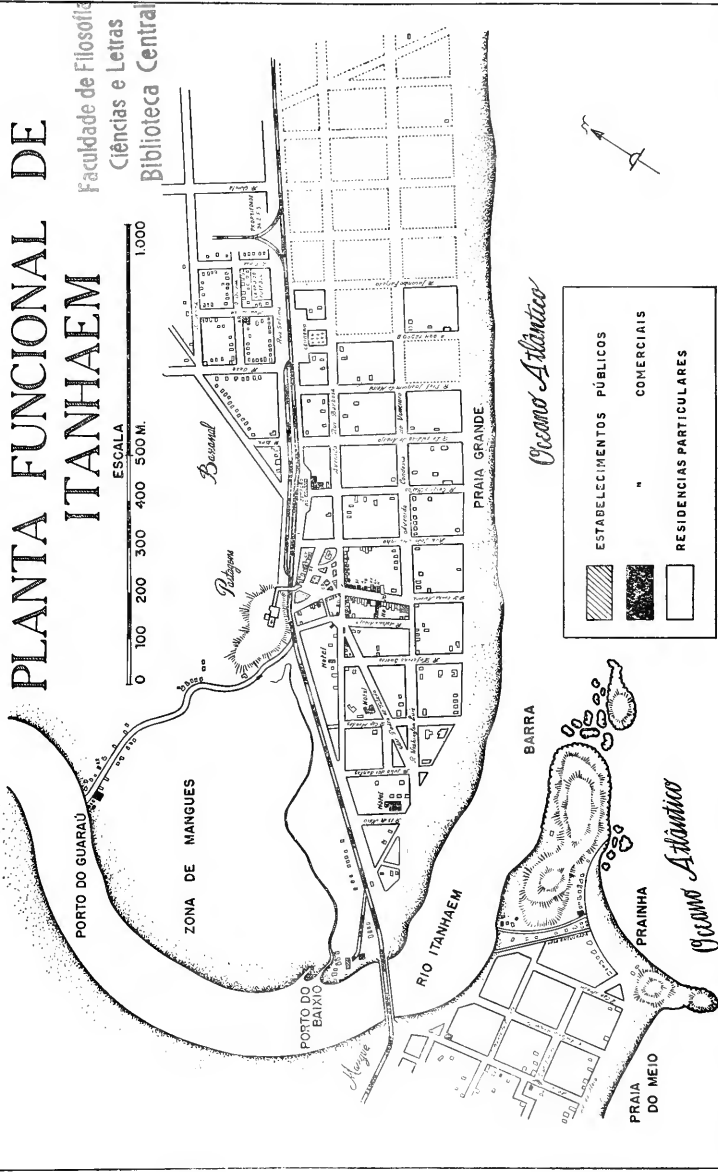
**DESENVOLVIMENTO DO PERÍMETRO URBANO
DE ITANHAÉM**

- - Da Fundação até 1915
- ▨ - De 1915 " 1930
- ▩ - De 1930 " 1950

R. de Franco F. de

PLANTA FUNCIONAL DE ITANHAEM

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central



	ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS
	" COMERCIAIS
	RESIDÊNCIAS PARTICULARES



Reprodução de "Guia de Itanhaem"

78 de Itanhaem, E. M.

amplas, espaçosas, ajardinadas e com todo o conforto. O núcleo primitivo como que se isola no meio dos palacetes e bangalôs que se espalham pelas avenidas Rui Barbosa, Condessa de Vimieiro, Beira-Mar ou pelas ruas Washington Luís, João Marinho e Zeferino Soares; e, além da barra do rio, no mais recente bairro, o da Prainha, onde existem casas que nada ficam a dever aos palacetes das mais frequentadas praias santistas e vicentinas.

Tôdas essas novas construções se fazem num ritmo acelerado, embora sejam de alto preço, pois a totalidade do material vem de fora; salvo a areia e a pedra, o mais vem diretamente de São Paulo ou das firmas construtoras de Santos.

Entretanto, tal surto progressista no setor das construções não tem sido acompanhado pelos demais setores da vida urbana. Realmente, essas novas construções, apesar de contribuírem para o aumento do perímetro urbano e para o crescimento das rendas municipais (72), não concorreram, como era de esperar, para o incremento do comércio, para o desenvolvimento demográfico da cidade, para um certo movimento, enfim, que todo núcleo urbano, que não esteja em decadência ou estagnado, deve possuir. Tais fatos não aconteceram em Itanhaém, porque pertencem à gente de fora as habitações que nos últimos anos foram construídas, gente essa que, salvo os meses de férias de verão e de inverno, só excepcionalmente ocupa as novas vivendas. Assim sendo, não se criou ainda um ambiente propício a um comércio estável e ativo onde as casas de negócio se multiplicassem na proporção do ritmo das novas construções. Aquêles aspectos tão próprios das cidades novas paulistas, verdadeiros milagres urbanos saídos do espírito empreendedor dos pioneiros planaltinos, onde, ao lado das residências, muitas vêzes de madeira, já se encontram armazéns, lojas, confeitarias, cinema, etc., tudo no mesmo ritmo de movimento e de vida, fazem contraste com o evoluir vagaroso da Itanhaém de hoje (73).

Isso não quer dizer, porém, que Itanhaém, à custa da chegada do veranista não tenha experimentado uma certa melhora: nos períodos de férias e, excepcionalmente, fóra dêlas, nos dias em que os feriados coincidem com fins de semana, quando, em poucas horas, os trens da Sorocabana, os ônibus e automóveis despejam algumas centenas de viajantes na pequenina "urbs", a vida como que re-

(72) — As rendas municipais em Itanhaém pouco aumento acusavam antes de 1940, mas a partir de 1945, sobretudo, subiram extraordinariamente.

1900	5.895,97
1940	99.937,30
1942	111.205,60
1944	133.683,20
1946	153.992,80
1948	506.000,00

(informação da Secretaria da Câmara Municipal)

(73) — Sómente no ano passado foi que se construiu, pela primeira vez, um prédio para cinema em Itanhaém.

nasce nos seus hotéis, nos poucos bares, nas ruas e, particularmente, nas praias. E' o momento em que o comércio faz grande parte da sua fêria anual, procurando ressarcir-se dos prejuízos dos dias parados. Tudo, então, é vendido por preços exorbitantes. Aliás, os armazéns, lojas e bares, já em número reduzido, possuem estoques pequenos, desde que não podem controlar com exatidão as quantidades de suas vendas; e êsses diminutos estoques compõem-se, na sua grande parte, de quinquilharias e tecidos para as duas lojas, de uns poucos gêneros alimentícios para os armazéns e, principalmente, de muita bebida para os bares e cafés. Não erraremos se afirmarmos que grande parte das compras do comércio itanhaense em Santos e São Paulo sefaz no campo das bebidas, as mais variadas; são elas que sustentam os armazéns e bares, dando-lhes boas rendas na época do veraneio e garantindo-lhes a abertura no resto do ano.

Esse progresso parcial, feito quase que sómente no campo das construções, poderia abranger os demais setores da vida urbana itanhaense, se houvesse cooperação da parte da população local e da administração pública à iniciativa particular do veranista.

Sem se haver preparado com o mínimo do necessário para receber, nas épocas precisas, os contingentes flutuantes, Itanhaém quase nada pôde oferecer àqueles que, mesmo sem se incomodar muito com o preço, querem passar uns dias de folga, mas com certo conforto.

No que diz respeito ao transporte, se melhorou com a encampação da linha Juquiá, essa melhoria foi passageira, pois apesar de correrem trens diários entre Santos e Itanhaém (coisa que no tempo dos ingleses não acontecia) (74) êstes trens nada oferecem que possa atrair o viajante; além de morosos, não tem hirário de chegada, não têm conforto algum e, o que é pior, não têm segurança, descarrilhando frequentemente, e passando por pontes que de há muito foram condenadas (75).

Se o transporte ferroviário possui lacunas tão graves, o rodoviário não oferece condições muito melhores. Realmente, que poderá atrair o viajante, exceto suas belezas naturais, uma "estrada" como a praia Grande? Não é de hoje que ela desempenha o papel de única "rodovia" entre São Vicente e Itanhaém. Apesar dos reclames das companhias de terrenos e dos hotéis locais, mostrando as vantagens de uma viagem pela praia, todos os que conhecem êsse tipo de via natural de comunicação sabem muito bem os percalços que ofere-

(74) — Referimo-nos á antiga "Southern S. Paulo Railway", inaugurada em 1915.

(75) — De Santos a Itanhaém, a ferrovia atravessa o braço de mar que separa a ilha de São Vicente do continente, por sôbre uma ponte (ponte do Barreiro), de 600 metros de comprimento, a qual, quando construída em 1915 pelos ingleses, o foi para servir ao transito por 15 anos no máximo; e ainda hoje lá se encontra, remendada de vez em quando, á espera de que com ela aconteça o que há pouco se viu com a ponte sôbre o rio Itanhaém — um trem mergulhando n'água, provocando a morte de trabalhadores da estrada; remendada com madeira, continua a servir ao público, sem que a Sorocabana tome providências mais sérias.

ce. Mesmo assim, nos últimos três anos, após a inauguração da via Anchieta, o automóvel tem levado vantagem sobre o trem no transporte para Itanhaém. É que a viagem, quando bem sucedida, se faz em um tempo que equivale a quase 1/3 do empregado pelo trem. E, assim, em meados do século XX, na era das auto-estradas, o transporte para Itanhaém faz-se, em grande parte, ainda por intermédio de uma pista natural, a mesma que, até 1915, constituía o único meio de comunicação da cidadezinha com os centros mais importantes. Embora em autos velozes ou em ônibus confortáveis, que muitas vezes deixam sua carcassa enterrada nos riachos traiçoeiros, que são o espantinho dos volantes que andam pela praia, o paulista da atualidade é obrigado a servir-se dessa estrada natural, porque a região itanhaense jamais soube o que fôsse um quilômetro sequer de estrada carroçável.

Ora, o que acontece com os meios de transportes repercute, desde logo no abastecimento da cidade; não possuindo, como tivemos ocasião de mostrar, um meio rural produtivo, que lhe pudesse fornecer os gêneros de primeira necessidade, Itanhaém tem de se abastecer fóra, particularmente em São Vicente e Santos. Assim sendo, não só os produtos lhe custam mais caro, como encarecem ainda mais com o problema do transporte (76).

Como os armazéns e, particularmente, os hotéis não podem controlar o consumo de suas mercadorias, assistimos, então, a este fato comum na cidade: na maior parte do ano, devido ao pouco movimento de gente de fóra, as compras dos comerciantes e hoteleiros itanhaenses se retraem nos centros abastecedores, de maneira que, indo-se a um hotel ou a um armazem neste período, arrisca-se ou a não encontrar nada, ou a sujeitar-se a um “menu” pobre. Mas, nos períodos de férias, quando não sómente os hotéis mas as casas dos veranistas se superlotam, assiste-se a um fato idêntico, senão pior: há carência de quase tudo, salvo o pão que é feito pelas duas padarias locais, e as bebidas, que constituem as únicas mercadorias em abundância. O mais, em pouco tempo acaba, uma vez que tanto os comerciantes como os hoteleiros não podem controlar seus estoques. De modo que, num ou noutro período, o comércio itanhaense é muito irregular. Ou porque faltem consumidores ou porque estes sejam em demasia, o fato é que o reduzido centro comercial da localidade se vê em dificuldades para poder cumprir o seu papel.

Se aliarmos a estes aspectos, que vimos enumerando, a circunstância dos hotéis não apresentarem alojamentos adequados, já pelo número reduzido de quartos, (os hotéis existentes não podem alojar mais que umas 280 pessoas e, assim mesmo, numa média de 3 para cada quarto), já pela falta de conforto, teremos, então, a prova da

(76) — Em Itanhaém vêm de fóra, desde o leite e a carne, que aí chegam diariamente pelo trem das das 8 horas, aos cereais, às verduras, aos ovos etc. e, às vezes, até o peixe.

falta de cooperação entre os poderes públicos, a população local e os veranistas.

A essa série de fatores, que vêm colaborando negativamente para o desenvolvimento regular da Itanhaém de nossos dias, devemos acrescentar mais dois outros, também grandes responsáveis pela lenta evolução da cidade: o baixo índice aquisitivo das populações praianas e, o completo isolamento em que vivem os bananeiros da região, que só fazem os seus negócios diretamente com Santos.



Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras

Biblioteca Central

FOTO 17

O sítio de Itanhaém — Notam-se, a partir do primeiro plano, o morro de Taquandiva abrigando a foz do rio, o morro do Convento, junto do qual nasceu a cidade, um trecho da Baixada Interior, o morro Grande e a escarpa da Paranaíba. (foto da Empresa Nacional de Fotografias Aereas)



FOTOS 18 e 19

Na primeira foto, a parte mais antiga da cidade, com seu casario gradado um ao outro, formando o pequeno núcleo comercial de Itanhaém. Na segunda, a "cidade baixa", colocada sobre o trecho mais recentemente ganho ao mangue, e ao fundo o bairro da Prainha, já na outra margem do rio, entre os morros Taquanduva e Cunha Moreira. (fotos Aroldo de Azevedo)

CAPÍTULO IV

A ECONOMIA REGIONAL

— Uma vida econômica modesta. A cultura da banana no litoral paulista. A cultura da banana na baixada do Itanhaém. A cultura da banana e técnica agrícola regional.

Uma vida econômica modesta — Sob o prisma da geografia econômica, a baixada do Itanhaém sempre foi uma das mais pobres regiões do nosso litoral, como já ficou esclarecido no decorrer deste trabalho. De fato, ao estudar o seu povoamento tivemos ocasião de frisar e documentar quão primitiva era a economia itanhaense.

A população sempre praticou uma **economia de subsistência**, em que a mandioca representou um papel saliente como principal produto da alimentação local. Aliás, este tubérculo, que o branco, graças ao índio, aprendeu cultivar, constitui um verdadeiro maná para as nossas populações rurais, como até hoje acontece, particularmente em certos trechos da faixa costeira do Brasil, de que as praias paulistas são um exemplo. O caçara tem na mandioca o seu alimento diuturno, desde que o peixe nem sempre pode fazer parte do seu parco cardápio. A mandioca é consumida sob vários modos, particularmente quando transformada em farinha, que representa para o caçara o mesmo que o feijão para o caipira do planalto ou o arroz para o caboclo da baixada da Ribeira.

Apesar de ser primordial na alimentação, a farinha às vezes tem que ser adquirida nas vendas mais próximas, pois as terras para o cultivo são bastante precárias, com as roças plantadas sobre as restingas arenosas.

Ao lado dessa rudimentar economia de subsistência, baseada no cultivo da mandioca e na pesca incipiente, o itanhaense ainda praticava para fins de exportação, uma economia destrutiva, em que os produtos da floresta pesavam no pequeno comércio. É o que nos relata a lista transcrita à página 27, retratando a exportação da zona em 1805.

Ora, a economia de subsistência e a destrutiva como que se tornaram uma tradição na população local, tanto que vamos observá-las ainda em nossa época preponderando no comércio da região; eram

delas resultantes, até 1927, os principais produtos de exportação em Itanhaém. Realmente, durante muito tempo o comércio com Santos foi sustentado à custa da venda de tucum fiado, palmito, esteiras de piri, cachetas, e quantidade reduzida de madeiras de lei, vulgarmente chamadas “tabuado”. Estes produtos continuaram a existir mesmo depois da inauguração da ferrovia Santos-Juquiá, que nada trouxe de novo à economia da região, vindo, pelo contrário, incentivar o método primitivo de destruir a natureza, com a extração, cada vez maior, de lenha.

Prova evidente dessa pobreza econômica são alguns dados do recenseamento de 1920 (77). Tais dados se referem ao município de Itanhaém, na ocasião, com 107.000 hectares de área. Dêsse total, apenas 3.139 hectares eram ocupados por propriedades agrícolas, cujo número não ia além de 4.

A produção das 4 propriedades se limitava ao seguinte:

Arroz	114,2 toneladas	—	277 hectares
Milho	31,8	”	— 14 ”
Feijão	39,9	”	— 33 ”
Mandioca (78)	114,2	”	— 8 ”
Cana	68,8	—	— 7 ”

A leitura destes dados quase que dispensa comentários quanto à pobreza da economia itanhense até bem pouco tempo, mas faz levantar uma questão interessante quanto ao aproveitamento das baixadas úmidas tropicais. O caso de Itanhaém pode ser generalizado para certos trechos do litoral brasileiro — a faixa costeira propriamente dita é muito arenosa, quase estéril para a agricultura, enquanto que, no interior, o húmus aparece, embora em camadas pouespessas, as quais, se não merecerem cuidado, são facilmente esgotáveis, quando utilizadas para a agricultura. Ora, na época do recenseamento de 1920, o interior da baixada do Itanhém não tinha ainda sido ocupado, senão esporadicamente.

Nem os colonos no passado, nem os caboclos no presente, haviam conseguido formar no interior da baixada itanhaense, um tipo de economia que conquistasse o solo agrícola e que superasse, em valor, a parca produção da indústria extrativa.

Essa situação em que se encontrava a região em estudo, até o ano de 1927, quando alguns cidadãos de fora resolveram subir o rio Itanhaém, e iniciar, no baixo curso do rio Branco, as primeiras derubadas para o plantio e cultivo de um produto que de há muito era a principal riqueza agrícola do litoral paulista — a banana.

A cultura da banana no litoral paulista — O Brasil possui o “habitat” privilegiado para a bananeira: “a musa paradisíaca” viceja

(77) — *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920* — Publicação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1932.

(78) — Tal área de produção se refere apenas a 4 propriedades agrícolas do município, não sendo computadas as pequeninas roças que cercam a casa do calçara.

aqui por tôda parte, do litoral ao sertão, das zonas das planícies às de planalto, das encostas às zonas de serras.

Consultemos os dados estatísticos oficiais (79) e veremos que a bananeira é cultivada em tôdas as regiões brasileiras, produzindo anualmente mais de 100 milhões de cachos, quantidade jamais atingidas por outro qualquer produtor. Naturalmente, mercê de certas circunstâncias, algumas zonas sobressaem mais que outras, destacando-se pelo número de touceiras cultivadas e pela quantidade de cachos produzidos. É o que acontece com o trecho litorâneo que vai de Cabo Frio às costas catarinenses.

O clima quente e úmido; a topografia de planícies, com solos de aluvião; os rios e canais navegáveis, além da proximidade dos grandes centros consumidores nacionais e de portos exportadores, tudo contribui para situar aquêle trecho litorâneo no primeiro lugar dentro das zonas bananiculoras. Se às vantagens naturais pudéssemos juntar algumas de ordem humana, estaríamos hoje numa posição melhor entre os grandes vendedores mundiais de frutas (80). De fato, foram principalmente aqueles fatores naturais que permitiram, de há meio século a esta parte, o desenvolvimento dêsse tipo de lavoura num trecho da nossa costa, que parecia relegado a um completo abandono no que dizia respeito ao seu aproveitamento agrícola. A falta, porém, de melhor organização da produção e do comércio, aliada a uma deficiente técnica agrícola, impediram até agora que nos tornássemos um dos donos dos mercados consumidores inter-americanos e europeus, como sói acontecer com os produtores das Antilhas. Isto sem levar em conta o próprio mercado interno, sempre desprezado, mas muitas vêzes o salvador de vários produtos de nossa lavoura, de que a banana é um dos melhores exemplos (81).

Alimento do pobre, como ainda é costume chamá-la, a banana está se tornando cada vez mais difícil de ser adquirida pelas classes menos abastadas, devido ao seu preço sempre elevado. Os eternos responsáveis pelo elevado custo de nossos produtos agrícola, o transporte e o intermediário, causam à banana males ainda maiores; fruta delicada, que não pode passar muitos dias viajando e nem ficar à espera do comprador, o mais das vêzes parece ela nos vagões das estradas de ferro, nos portos de embarque e mesmo nos postos de venda das nossas cidades, sem conseguir chegar às mãos do consumidor, devido ao seu preço nada convidativo.

Desde fins do seculo passado faz-se o cultivo da bananeira nanica, para fins comerciais, na baixada litorânea paulista. Foi nos arredores

(79) — *Anuário Estatístico Brasileiro* — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — 1948.

(80) — Usamos aqui êste termo propositadamente, uma vez que assim é denominada a banana no seu maior mercado exportador, que é Santos, como também nos mercados platinos, nossos maiores compradores.

(81) — Para darmos uma idéia da importância do mercado interno para a banana, citemos apenas o caso da capital paulista, onde o consumo dessa fruta no ultimo quinquênio foi em média de 7 milhões de cachos anuais.

de Santos e de São Vicente que se plantaram, por volta de 1890, os primeiros bananais da espécie anã, a chamada “musa cavendish” ou “musa chinensis”, como denominaram os cientistas a nossa tão conhecida bananeira nanica.

As primeiras mudas foram trazidas das Canárias por alguns agricultores espanhóis, já radicadas entre nós, e plantadas nas várzeas alagadiças da baixada santista-viceentina. Encontrando aí um solo propício ao seu desenvolvimento, aliado a um clima quente e úmido com pequena variação anual, a bananeira logo se espalhou pelas terras que margeiam os cursos do Cubatão, Mogí, Quilombo, Juruatuba, Branco de São Vicente e pelas zonas ganhas ao mangue nos canais do Casqueiro e da Bertioiga (82).

Entre 1905 e 1911, Santos triplicou os seus bananais, passando de 971.800 touceiras para mais de 3 milhões. Nos primeiros anos do século, embora não fôsse ainda a baixada litorânea paulista a maior zona produtora, contudo já concorria com uma boa parcela na exportação nacional, toda ela encaminhada para os mercados do Prata. Vejamos alguns dados que melhor explicam essas afirmativas (83):

Exportação brasileira (em cachos)

Anos	Brasil	Santos
1906	1.852.012	231 297
1908	2 404 372	346 633
1910	2 542 750	757 983
1912	2 596 810	1 219 298

Naquela época, os maiores portos exportadores eram os de Florianópolis e Paranaguá, cuja banana era da espécie chamada “branca” e, não, nanica; esta última só principiou a ser exportada pelo Brasil através do pôrto de Santos.

A produção paulista, sempre crescendo, em breve ultrapassou a das demais zonas (84). Até 1940, a expansão da lavoura bananeira no litoral paulista se fez ininterruptamente, ocupando áreas cada vez mais vastas e mais distantes do pôrto exportador. Formaram-se, assim, em vários trechos da nossa costa, verdadeiras clareiras nas florestas das baixadas, onde a ocupação humana passou a ser feita de

(82) — Os solos agrícolas da baixada litorânea paulista são todos de origem aluvional recente, trazidos das encostas da serra do Mar; resultantes da desagregação do gnáis, granito, xistos, etc., aparecem bastante misturados com areia. Nos arredores de Santos e Guarujá existem pequenas manchas de um solo mais fértil — a chamada “tabatinga”, de cor escura — pegajoso, bastante rico em matérias orgânicas e considerado o melhor até hoje encontrado para a lavoura bananeira.

(83) — GRANATO (LOURENÇO) — *A Cultura da Bananeira* — São Paulo, 1913.

(84) — Para termos uma idéia do aumento da produção paulista, basta tomarmos os dados de exportação da década 1925-1934, período em que a lavoura bananeira litorânea mais evoluiu; naquela década, para uma exportação total do Brasil de 63.672.000 cachos, Santos concorreu com 86,5% ou sejam 54.487.000 cachos. Nos últimos anos esta contribuição vai além de 90%.

um modo mais amplo que no passado (85). Santos tornou-se o primeiro pôrto exportador de banana, não só do Brasil, mas do mundo (86).

Embora com uma série de falhas, que se notam em qualquer sítio de banana da costa paulista, é mister afirmar-se que esta lavoura, originada há apenas meio século, não só contribuiu para a criação de um novo tipo de riqueza, como também para um verdadeiro desbravamento de extensa área do nosso Estado. De fato, nos últimos 20 anos, quando as terras da baixda santista-viceentina já não produziam mais o esperado, devido ao seu esgotamento, os bananeiros viram-se obrigados a iniciar o que há muito vinham fazendo os cafeicultores do planalto — o avanço para as terras novas. Passamos a assistir, a partir de 1927-28, uma verdadeira corrida em direção às terras ocupadas por florestas tanto ao norte como ao sul da zona santista. Verdadeiras zonas pioneiras se formaram, então, nesse trecho do Estado de São Paulo.

Conquanto existam grandes diferenças entre as zonas pioneiras litorâneas e as do planalto, quer no que diz respeito aos métodos de ocupação, quer nas suas consequências, nelas se encontram alguns aspectos comuns. Por exemplo, no litoral as terras são “griladas” como as do planalto; também são elas ocupadas pela lavoura extensiva para fins comerciais, de maneira que glebas devassadas há 10 ou 15 anos são logo deixadas par trás como pouco produtivas, à medida que se vai avançando num desbravamento sem limites.

Belo exemplo dêste pioneirismo destruidor, iniciado em pleno século XX em vários trechos da nossa costa, nos é dado pela Baixada do Itanhaém, onde, há justamente 20 anos, o homem vem desenvolvendo uma das maiores áreas bananeiras do país. (foto 20)

A cultura da banana na Baixada do Itanhaém — A maior riqueza da zona itanhaense, em toda sua história, foi a banana, aliás de aparecimento recentíssimo, pois sua existência econômica data de menos de um quarto de século.

Foi a partir de 1927 que, no vale do rio Branco, se iniciaram as primeiras plantações regulares para fins comerciais. Até então a bananeira se limitára aos arredores de Santos, como já foi dito, devido principalmente ao problema do transporte. Enquanto os bananicultores puderam, foram avassalando tôdas as terras aprovei-

(85) — CARVALHO (MARIA DA CONCEIÇÃO VICENTE de) — *O progresso da cultura e do comércio da banana no litoral paulista*, — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. IV — C. N. G., 1944, Rio.

(86) — Durante a última guerra, as dificuldades de transporte para o Prata, e a perda dos mercados europeus, causaram uma queda na produção como se pode ver pelos dados de exportação paulista.

1939	12.881.288	cachos
1940	10.096.500	“
1941	6.176.670	“
1942	3.313.155	“
1943	2.165.587	“
1944	2.449.575	“
1946	4.779.216	“

táveis das vizinhanças do único pôrto exportador. Mas, depois de uns 30 anos de cultivo ininterrupto, aquelas terras começaram a dar sinais de cansaço, e isto por volta da 1924-1925.

Apesar de tôdas as vantagens levadas até aí pelos produtores de bananas, começaram êles a se inquietar com a diminuição do rendimento e da qualidade da fruta, consequência do esgotamento do solo. Como resolver o problema? Terras exitiam ainda à vontade, dentro de um mesmo ambiente ótimo para a bananeira, tanto ao norte, como ao sul de Santos; mas o problema era o transporte até aquêle pôrto. O mar, a eterna e única via perene de comunicação em nosso país, ali estava, é verdade, mas para ser utilizado demandava a construção de barcos de certa envergadura, e isso pedia capitais não pequenos. Ora, todos os que conhecem o cultivo e o comércio da banana em nosso litoral sabem perfeitamente que, salvo raras exceções, o bananeiro, por mais dinheiro que tenha, sempre foi infenso a grandes gastos no negócio a que se dedica. Isto explica porque, até 1930, os grandes produtores da baixada santista-viceentina procuraram exaurir o mais que puderam as terras da citada zona, onde tinham o transporte fácil e barato, quase todo por água, através daquela rêde intrincada de rios e canais que a cortam em tôdas as direções, desde o pôrto até a base da Serra do Mar.

Mas, depois de 1930, assistimos à mudança da zona produtora para outros trechos litorâneos; já por aquela época, uma poderosa companhia inglesa, a "Cia. Brasileira de Frutas" conseguiu uma verdadeira "sesmaria" no vale do Juqueriquerê, município de Caraguatatuba, onde em menos de dois anos plantou mais de dois milhões de touceiras de bananeiros.

A verdadeira corrida às terras novas, porém, teve lugar na direção sul, em demanda do vale do Itanhaém, e pelos rios Peruíbe, São Lourenço e Juquiá, onde hoje estão mais de 60% dos bananais litorâneos.

Uma das razões que explicam essa direção tomada pelos bananeiros santistas, além de já citada falta de terras, foi a passagem para o patrimônio do Estado, em 1928, da única via-ferrea que serve um longo trecho do litoral paulista, a hoje chamada linha da Juquiá e que fôra construída em principios do século por uma companhia inglesa (87). A passagem da estrada de ferro, das mãos dos ingleses para as do Governo paulista, fôra recebida com grandes esperanças não só pelos moradores da zona, como particularmente pelos que, pretendendo abrir bananais na região, viam naquele meio de transporte uma saída para o seu produto; a Linha Juquiá tinha sido um fracasso, até então, por ter parado no meio do caminho (88).

(87) — A hoje linha Juquiá fôra, até 1928, a "Southern São Paulo Railway".

(88) — Infelizmente, aquelas esperanças foram vãs; não só a linha não foi além de Juquiá, como também, salvo os trens diários de passageiros que a nova direção fez correr, nada mais foi dado aos habitantes.

Quando, porém, os bananeiros principiaram a chegar ao vale do Itanhaém aí encontraram, com aliás acontece em tôdas as zonas novas, um trabalho de pioneirismo, feito à custa do sacrifício dos que foram os abridores das primeiras picadas. De fato, desde 1927, uns tantos cidadãos, na sua maioria fóra dos negócios da banana em Santos, entenderam abrir bananais em Itanhaém. Para lá se dirigiram, comprando pequenas “posses” às margens do rio Branco, onde iniciaram as primeiras derrubadas.

Não é preciso dizer das dificuldades encontradas nos primeiros tempos, numa região, onde, entre outros males, existem os perigos das enchentes e da malária. Além disso, tudo era preciso vir de fora, pois, na cidadezinha de Itanhaém e nas praias próximas, nem trabalhadores se conseguiam; dos víveres às mudas de bananeiras, dos instrumentos agrícolas ao recrutamento de camaradás, tudo vinha de Santos (89).

Se já houvera ocupações esparsas e periódicas em trechos dos rios Brancos, Agupapé e Prêto, tanto no passado, como no século atual (90), esta última, isto é, a dos bananeiros foi que se tornou definitiva, pois, além de levar por ali a nosso ver, o único produto capaz de criar vantagens econômicas, introduziu uma riqueza apropriada às zonas pioneiras das baixadas alagadiças do litoral. Mesmo assim, só depois de quattros anos de luta é que se pôde ter certeza de que os bananais iriam para frente.

E' verdade que condições externas à zona em estudo a ajudariam a progredir, como o já citado fato da ansiedade com que os bananeiros procuravam novas terras e o preço cada vez maior que produto atingia não só nos mercados platinos, como também em certos países europeus, agora igualmente fregueses da nossa banana (91).

De qualquer fórmula, a partir de 1930, as áreas cobertas com bananais foram aumentando extraordinariamente e o homem conseguiu, apesar da série de dificuldades, se não dominar o meio físico, pelo menos vencer os mais prementes obstáculos e construir, em pouco

(89) — Queremos lembrar aqui os nomes dos pioneiros na abertura dos bananais itanhaenses: Joaquim Alexandre da Silva, o abridor das primeiras posses, nas margens do rio Branco e do Agupapé; Otávio Ribeiro de Araujo e José Ribeiro de Araujo, que abriram os primeiros bananais.

(90) — A última dessas ocupações ocasionais datou de 1922-23, quando o Govêrno do Estado concedeu a várias famílias japonêtas uma vasta área no médio curso do rio Branco, onde hoje estão os bananais dos sítios Santa Clóvia e Monte Alegre; êstes imigrantes, cujo número não nos foi possível saber, iniciaram os seus trabalhos de cultivo de arroz, mas foram em grande parte mortos por uma das enchentes avassaladoras, que annualmente se repetiam na zona. Os poucos remanescentes de tão infeliz grupo de colonos abandonaram as terras, indo para o vale da Ribeira.

(91) — De fato, a partir de 1928, quando o Estado de S. Paulo conseguira a liderança da exportação de banana no país, além dos mercados do Prata que sempre foram os mais importantes, a Grã-Bretanha e a Holanda passaram também a comprar-lhe êsse produto. Foi assim que, naquele ano, dos 5.025.534 cachos exportados por Santos, 869.557 seguiram para a Grã-Bretanha e 308.383 para a Holanda.

tempo, a maior área então cultivada com bananais novos na zona litorânea (92). (fotos 21, 22 e 23)

Tal foi o aumento das áreas cultivadas, que a partir de 1931 a ferrovia já não dava vazão ao transporte de cachos, obrigando os produtores a procurar outro meio de transporte. Foi assim que, naquele mesmo ano, se construiu o primeiro barco de alto-mar, de 100 toneladas, para o transporte da banana de Itanhaém a Santos.

Em menos de 5 anos, a corrida às terras itanhaenses foi como que uma miniatura das que se vinham dando no planalto com terras novas, em relação ao café, apenas com grandes diferenças quanto aos seus resultados demográficos e econômicos para a zona onde tinha lugar.

Para quem conhece a evolução de uma zona pioneira do planalto, onde, logo após as primeiras derrubadas e primeiras colheitas de subsistência, se espalham como que por milagre os sítios e as fazendas com suas casinhas típicas e, logo em seguida, as lavouras de café ou de algodão, as pastagens, as sédes definitivas, para depois, principiarem a aparecer os povoados, que se vão transformando aos poucos em cidades, com seu borborinho comercial, — o quadro de uma zona pioneira da baixada litorânea há de causar espanto. Aqui, não se nota aquela vitalidade de que o pioneiro planaltino está possuído. Bastam os exemplos de Caraguatuba, Barra de Una, Bertioga e Itanhaém, para que avaliemos as diferenças citadas; nenhum destes locais revela que as terras de seus arredores foram ocupadas recentemente por uma riqueza que pesa na balança exportadora paulista. Um simples exame dos métodos agrícolas praticados nos bananais e de como se vendem as suas colheitas, explicará aquela serie de diferenças.

A cultura da banana e a técnica agrícola regional — Embora saibamos que o nosso agricultor não tem muito amor à terra e que, por isso, pratica um semi-nomadismo agrícola, como bem o demonstra o caso do café, contudo, o lavrador do planalto ainda dedica ao trecho novo em que vai fixar-se um certo cuidado, que se pode notar desde os aspectos da lavoura até às residências dos donos ou dos colonos. Nos bananais, nada se observa que possa mostrar, ainda

(92) — Em 1929 não ia além de 150 alqueires as terras cultivadas; em 1933 se elevava a perto de 1.000 alqueires, com cerca de 2.000.000 de touceiras plantadas; em 1939 o número de touceiras ia além de 4.500.000, segundo dados colhidos na prefeitura local. Segundo dados fornecidos pela Agência Regional da Secretaria da Agricultura em Santos, eram os seguintes a distribuição e o número de touceiras dos bananais do vale do Itanhaém, em 1946

	— Em Produção	— Em Formação
Rio Branco	1.153.500	175.100
Rio Aguspeú	1.035.905	163.923
Rio Prêto	842.763	236.410
Total	3.032.168	595.439

Os dados mais recentes que conseguimos obter foram estes de 1946. Sabemos, no entanto, por informações colhidas entre os bananeiros, que entre 1946 e 1949 plantaram-se mais de 1.000.00 de touceiras, principalmente no vale do Rio Prêto.

que de leve, uma certa fixação do homem ao solo. Antes de tudo, a maioria dos bananeiros não mora nos suas propriedades (no caso de Itanhaém, a totalidade): entrega-as a feitores, na maior parte antigos trabalhadores de sítios e éstes, por sua vez, aliciam os homens necessários ao trato da lavoura.

O método de trato aqui é também completamente diferente do que costumamos ver no planalto. Senão, vejamos.

Boa parte das terras da Baixada Itanhaense era coberta de floresta secundária n'algumas partes e de capoeirões noutros trechos. De fato, justamente onde principiaram a ser plantados os primeiros grandes bananais da zona, as terras já tinham sido tocadas havia quase uma década pela leva de japoneses que ali não parára dois anos. Já nos rios Preto e Aguapeú e nos seus vários afluentes, a floresta, salvo as árvores mais úteis para a produção de madeiras, permanecia intata.

Tanto nos trechos dos capoeirões do rio Branco, como nos da floresta verdadeira, o primeiro trabalho a fazer foi sempre o da roçada do sub-bosque, o que se chama *limpeza* e que consiste no desbastamento dos arbustos, dos galhos mais baixos, dos cipós, de tudo enfim que dificulta a penetração e livre trânsito pelas áreas florestais. É a mesma operação que na zona cacauieira de Ilhéus tem o nome de “cabrocamento” (93).

Feita a limpeza, inicia-se o *plântio* com a abertura de covas mais ou menos alinhadas, com quatro metros de distancia a separar umas das outras, e onde se lança o rizoma (a “muda”, como é conhecida). Em seguida, faz-se a derrubada; vêm abaixo as grandes árvores que haviam sido deixadas intatas, quando do trabalho da “limpeza”. Oito ou nove meses depois, quando as touceiras se acham em pleno desenvolvimento, faz-se a *bateção da jangada*, que nada mais é do que corte da galharia tôda que está no chão, à custa da foice e do machado, bem como a separação dos troncos maiores, procurando-se livrar o bananal daqueles impecilhos que vieram abaixo com a derrubada. Todo êsse conjunto vegeteal, assim trabalhado, vai servir nos primeiros anos de verdadeira adubação natural ao solo recém-aproveitado. Já então, com mais de um ano, o bananal formado dá o seu primeiro cacho.

Como acabamos de ver, a penetração numa floresta da baixada é diferente da que se realiza no planalto; naquela não se faz a derrubada total da mata logo de início e nem há a queimada. Ora, isto vai ter consequência no trato da lavoura bananeira, pois nos primeiros anos de produção, mesmo que o bananeiro seja caprichoso, não poderá carpir seus bananais. Os troncos das árvores impedirão tal serviço. Terá, então, que usar a foice e mais comumente o que

(93) — MONBEIG (PIERRE) — *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* (cap...
A terra do cacau, pág. 149 — São Paulo.

êle chama de “penado” (94), fazendo tão sómente as típicas roçadas, três a quatro vêzes ao ano, em média.

Chega o momento em que se principia o verdadeiro trato do bananal. Os métodos usados em todo o litoral paulista são os mesmos e já foram de há muito descritos e explicados, sempre com o intuito de melhora-los, por vários técnicos e agrônomos da Secretaria da Agricultura (95).

Na realidade, porém, e, portanto, na prática, aquêles métodos de trabalho limitam-se ao seguinte:

Iniciada a produção, o bananal passa a ser roçado, no mínimo três e no máximo cinco vêzes por ano, a foice ou a “ferro” (96) (êste último é mais usado); nos últimos 10 anos, alguns bananeiros têm usado o processo da **capina**, que embora mais caro dá, como é natural, maior resultado. Infelizmente, porém, a maioria continua achando que a bananeira não necessita de muito cuidados. . .

Além das roçadas ou carpas, outro importante serviço nos bananais é a abertura de valas de drenagem. Situados em grande parte nas baixadas alagadiças, os bananais não podem permanecer encharcados. Embora a bananeira tenha necessidade premente de água abundante, não deve esta permanecer estagnada e nem mesmo correr pelos bananais a dentro. Logo, faz-se mister a abertura de valas, que constituem o serviço mais caro num bananal. As valas têm, em geral um metro e meio de profundidade, por 60 cm. de largura, e acabam constituído uma verdadeira rêde de drenagem por tôda a lavoura.

Êsses serviços, que acabamos de enumerar, são mais comuns; mas, num bananal já formado, há um importante problema a resolver que é o **debaste** (97). Consiste na eliminação dos rebentos em excesso nas bananeiras, pois, quando deixados, prejudicam a formação dos cachos, reduzindo-os no tamanho e na qualidade. Ao envêz de cachos com nove pencas ou mais, teremos num bananal mal des-

(94) — Penado — ferro de cortar capim.

(95) — GRANATO (LOURENÇO) — A cultura da Bananeira — São Paulo, 1913.
SHIMIDT (CARLOS BORGES) — A cultura prática da bananeira nanica no litoral norte paulista” — São Paulo, 1934.

MEDEIROS (NARCISO) — A bananeira (instruções prática para a sua cultura) — Bol. da Secretaria da Agricultura — Diretoria da Publicidade Agrícola — São Paulo, 1935.

MEDEIROS (NARCISO) — A cultura da Bananeira — Bol. 3 da Secretaria da Agricultura — Departamento do Fomento da Produção Vegetal — São Paulo, junho de 1937.

(96) — Ferro — Denominação também usada para o penado.

(97) — MEDEIROS (NARCISO) — op. cit. “O debaste, limitando e motodizando o número de plantas por covas, educa as touceiras, no sentido de regularizar e equilibrar a produção, não em quantidade, mas em qualidade. . . Antes de iniciar o debaste, o lavrador deve saber o número de plantas que deve deixar por touceira. Na cultura metódica e racional, costuma-se conservar apenas três indivíduos, isto é, a planta inicial e dois rebentos. Assim, quatro meses depois da data do plantio, inicia-se o debaste, deixando apenas a muda inicial e o rebento que estiver saindo nesse momento. Quatro meses após, no segundo debaste, ou oito meses após o plantio, ficarão as duas plantas do primeiro e mais um rebento, o que estiver mais novo na ocasião. Aos doze meses faz-se a mesma coisa, ficando então na touceira quatro indivíduos, mas um prestes a ser cortado com o primeiro cacho”.

bastado uma produção em que o número de “descartes” supera o de exportação (98).

Roçadas, abertura de valas, desbaste, são os serviços mais importantes que se observa nos nossos bananais litoraneos, ao lado, é claro, do trabalho das colheitas. Estas, aliás constituem também um dos aspectos mais comuns numa lavoura de banana. Entre outras vantagens que um bananal oferece, a das várias colheitas anuais é a mais interessante; de fato, das inúmeras e importantes riquezas agrícolas brasileiras, a banana é a única que mensalmente está dando os seu frutos.

Duas vezes por mês em média (na época do verão até três), os sítios de banana estão no que se chama período de corte, isto é, época de colheita. Durante três ou quatro dias, todos os trabalhadores dos sítios são convocados para ajudar no corte; dois ou três homens dirigem-se aos talhões do bananal, munidos de um penado e vão cortando os cachos que estão “de vez”, isto é mais gordos e prestes a iniciar o amadurecimento. Á medida que vão sendo cortados, os cachos são imediatamente carregados pelos demais camaradas, que os vão depositando nas picadas (99) de onde são por sua vez baldeados para o pôrto mais próximo à beira do um rio ou de uma gamboa (foto 24, 25 26) (100), e aí embarcados em chatões de madeira que, rebocados por uma lancha a gasolina e às vezes à varejão, (Foto 27) levarão a fruta até Itanhaém, no chamado pôrto do Baixio. Neste pôrto a banana é baldeada para os vagões e galeras da Linha Juquiá (fotos 28, 29 e 30) ou são colocados em barcos maiores para o transporte por mar até o pôrto de Santos (101). (foto 31)

Os cachos destinados a exportação são em parte acondicionados em invólucros feitos de tabúa ou de centeio, êste último mais caro, mas com a vantagem de não machucar a fruta nem mofar. Apesar de a banana, assim embalada, alcançar nos mercados consumidores um preço melhor, que vai de 1 a 1,5 peso argentino, sobre o preço normal, mais de 50% das frutas exportadas vão a granel. Digase de passagem que êste sistema de embalagem se iniciou quando se começaram a vender os primeiros cachos aos inglêses e holandeses, há uns 20 anos atrás; se êste sistema de embalagem trouxe vantagens econômicas, contudo essas não são bem aproveitadas, pois

(98) — *Descarto* — Denomina-se assim o cacho com menos de oito pencas e que não serve para exportação; os descartes são deixados para o consumo interno, sendo Santos e São Paulo os seus maiores centros consumidores.

(99) — *Picadas* — São trilhas ou pequenos “carreiros”, que se fazem pelo interior dos bananais, à guisa de caminhos, por onde os camaradas levam os cachos até à linha de trole (“decauville”) ou ao porto mais próximo.

(100) — *Gambôa* — Pequena lagoa em comunicação d’reta com o rio e que na maioria das vezes nada mais é que um antigo leito abandonado, aproveitado pelo homem para a construção de seus portos; de embarque, devido á tranquilidade das águas.

(101) — Alguns sítios situados às margens do rio Agupá possuem linhas de troles diretas até os trilhos da Juquiá, em Suarão, V’la Atlântica etc..

obrigou a uma fiscalização maior no pôrto de Santos, onde grandes partidas de banana têm sido embarcadas com cachos de menos de oito pencas, escondidos sob o empalhamento. . .

Nos sítios maiores, cujas distâncias do interior dos bananais aos pôrtos de embarque são às vezes de quilômetros, existem rêdes de “decauilles” ou linhas de troles, como são chamados comumente, assentadas sôbre trilhos de ferro ou de madeira; vagonetas com capacidade para 100 cachos em média e puxadas por máquinas a óleo ou a gasolina, levam então a fruta para um pôrto só, onde se reúnem os chatões.

Qualquer bananeiro que queira tirar lucros de suas plantações terá de, algumas vêzes por ano, cuidar dos problemas de que falamos. Mas, e aqui entra o aspecto verdadeiramente “metódico e racional” de que nos falam os técnicos, serão aquêles tipos de serviços, feitos o mais das vêzes sem cuidado, os únicos que se devem levar em conta numa lavoura de banana? Parece-nos que não. Àqueles serviços requeridos por um bananal, acrescentaríamos mais um, o do trato da terra. Sim, a principal razão para uma bôa lavoura é uma bôa terra; mas essa não nos é dada apenas pela natureza; ela é também conseguida pelo próprio esforço do homem, que, à custa da técnica pode fazer milagres.

Infelizmente, porém, assunto de tanta importância para qualquer região, mormente para as brasileiras, na sua maioria sob climas tropicais, não foi ainda levado em conta pelos nossos agricultores. Já pela ignorância, já por desleixo, e às vezes por uma economia descabida, o fato é que, até agora, poucos foram os nossos lavradores que deram à terra os cuidados que ela merece. Há mais de meio século que se planta banana na baixada litorânea paulista, mas sómente de alguns anos para cá é que uns poucos bananeiros principiaram a falar na adubação de terrenos já cansados, e nas carpas ao envês de roçadas nos bananais.

Não é para admirar, pois, que os bananais de Itanhaém permaneçam, ainda quanto ao seu trato, dentro daqueles mesmos métodos empíricos introduzidos na baixada santista há meio século, quando da abertura das primeiras lavouras de exportação.

Ora, se ao lado do fator solo, que, como vimos, não é dos melhores, aliarmos os fatôres de ordem humana, isto é, os bisonhos métodos de exploração da terra praticados pelo nosso agricultor, teremos as razões porque, numa região como a da Baixada Itanhaense, com uma exploração agrícola que não data de um quarto de século, já se notam vestígios de decadência, com bananais abandonados no meio do mato, casas em ruínas, portos destruídos, etc.



FOTO 20

Vista aérea de um trecho da baixada interior, onde justamente o homem mais tem modificado a paisagem natural, derrubando a floresta e plantando extensos bananais. Na presente foto aparecem os dois aspectos que os bananais itambaitenses oferecem: as favourais e as ruas encostas. (foto do C.N.G. — Diretoria Regional de Geografia no Estado de São Paulo).



FOTOS 21, 22, 23

Bananaís em Itanhaém — Nas duas primeiras fotos, bananaís de encosta, menos viçosos, durando apenas cerca de 5 anos. Na última foto, um bananaís no vale do rio Branco (fazenda Aurea), de aspecto muito melhor, uma vez que se desenvolve sobre terrenos planos. (fotos A. R. Penteado)



FOTO 24

Pequeno porto no rio Branco, onde a banana é embarcada em chatões de alto-mar que a leva diretamente a Santos. (foto A. R. Penteado).



FOTOS 25, 26

Vista geral do porto do Baixio. (Foto do autor).

Embarcadouro no alto rio Branco, onde circulam chatas de pequeno tamanho devido não só ao regime irregular do rio, como ao fato de ser ele cheio de meandros e de ter seu leito mal cuidado, como se vê na fotografia seguinte. (Fotos A. R. Penteado e Ary França).



FOTO 27

O transporte da banana até o porto do Baixio em Itanhaém é feito em "chatas" rebocadas por lanchas à gazolina, ou à varejão nos trechos em que o rio não permite o reboque, como se vê na foto. (foto A.R. Penteadó)



FOTOS 28, 29

Nas fotos vê-se o porto do Baixio onde chegam as chatas carregadas de bananas para o embarque pela estrada de ferro. Das chatas ao vagão os cachos são transportados por meio de dalas. (Fotos do autor).

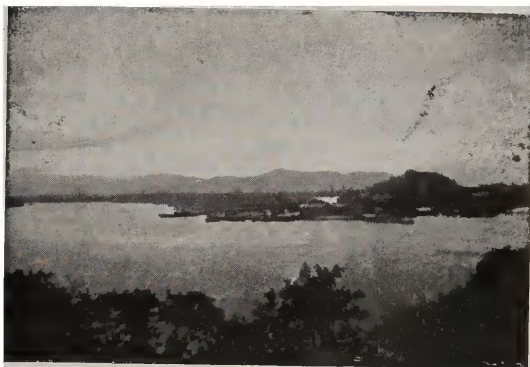


FOTO 30

Vista geral do porto do Baixio (foto do autor)

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central



FOTO 31

Chatões de alto-mar, de maior calado que daqueles que percorrem os rios da Baixada Interior, são rebocados por pequenos rebocadores à óleo até Santos. Na foto uma destas embarcações passando defronte o porto do Baixio em Itanhaém. (foto do autor)

Aliás, êsse descaso para com a terra arável é mal antigo, entre nós, pois data das primeiras tentativas de lavouras comerciais feitas em vários trechos da nossa costa pelo português, e vem de há muito sendo discutido para que fiquemos martelando sôbre êle (102). Se o citamos foi apenas para mostrar que a lavoura bananeira, em Itanhaém, é mais um exemplo do nosso descaso pela terra, é mais uma reprodução da paisagem agrícola paulista, onde o homem, na sua ansia de terras novas, vai avassalando tudo na sua frente, deixando para traz as tão apregoadas “terras cansadas”.

102 — BERLINCK — E. L. — op. cit.
OLIVEIRA — AMÉRICO L. BARBOSA DE — *Estudos Brasileiros de Economia* —
O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira — “Fundação Getúlio Vargas”
— Monografia n. 1 ano I vol. I, junho de 1946.

CONCLUSÕES

Diante do que acabamos de expôr com relação às paisagens geográficas da Baixada do Itanhaém podemos concluir:

1) A Baixada do Itanhaém é uma porção das inumeras baixadas tropicais que compõem grande parte do litoral brasileiro; além disso, faz ela parte da região paulista que apesar de ser a mais antiga do ponto de vista do povoamento, ainda está à espera da colonização.

E que alguns fatores naturais, particularmente o clima e os solos, aliados a inumeros fatores de ordem humana impediram que as varias zonas tropicais do nosso litoral fossem para frente, acompanhando o progresso das demais terras paulistas. Sómente quando o homem soube fazer-se prevalecer, reagindo com energia contra aqueles fatores naturais, foi que alguns trechos da nossa costa (infimos na sua superfície até agora), se transformaram, aparecendo então uma paisagem nitidamente humanizada (casos das ilhas de São Vicente e de Santo Amaro, esta última parcialmente apenas).

2) Ora, a Baixada do Itanhaém está então no grupo das demais baixadas paulistas até o momento, dominadas pelo meio fisico. O homem por enquanto, pouco ou mesmo nada fez para que ela se distinguisse das suas congeneres, e apresentasse aspectos de uma humanização bem adiantada.

Si a população adventícia, representada pelo bananeiro e pelo veranista, trouxe o seu quinhão para uma melhoria local, esta melhoria não passou ainda de uma fase de experiência, desde que lembremos do estado em que ainda se encontra a maior parte da população nativa representada pelo personagem tipo da região, o caçara.

3) Sem haver uma conjugação de esforços dos três fatores humanos que até agora tem agido separadamente em Itanhaém — o poder público, o veranista e o bananeiro — a região jamais poderá ir para frente, pois a sua população nativa não tem capacidade para assimilar por si propria, o pouco que cada um d'aqueles três fatores lhe trouxe de bom, até o momento.

4) A pequena cidade de Itanhaém é um exemplo daquela fase de experiência, já pelo seu aspecto de um núcleo urbano que mal sae de uma modorra vinda do tempo colonial, já pelo nenhum papel que representa como centro de uma região possuidora de uma riqueza da alta importância para o Estado.

5) Sob a direção dos poderes públicos si possível, mas obrigatoriamente com sua aquiescência e ajuda, deve-se o quanto antes, iniciar um trabalho de recuperação (de verdadeira ocupação, seria o termo) do litoral, através de uma reação energica, onde se encaixassem todos os sectores de uma racionalização do trabalho: da construção de vias de comunicações ao saneamento; da instrução e alimentação do caiçara ao seu preparo técnico para a pesca ou para a lavoura; da ocupação de fato da terra, com seu aproveitamento intensivo, a uma produção organizada e de interesse economico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO FILHO (J. R. de) — 1949 — *O Caiçara na Região de Itanhaém* — Bol. Paulista de Geografia, n. 2 da A. G. B. — São Paulo, julho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO (Anais) — 1852 — Arquivo do Estado.

BACKHEUSER (Everardo) 1918 — *A Faixa Litorânea do Brasil Meridional* — Ed. Besnarde Frères — Rio de Janeiro.

BERLINCK (E. L.) — 1948 — *Fatores adversos na Formação Brasileira* — São Paulo.

BIGARELLA (João José) — 1946 — *Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná* — Separata do Arquivo de Biologia e Tecnologia (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio) — Curitiba, Paraná. (Transcrito no Boletim Geográfico n. 55 do C. N. G. — Rio).

BLACHE (Vidal de) — 1936 — *Principes de Géographie Humaine* — Lib. Armand Colin — Paris.

BRUNHES (Jean) — 1925 — *La Géographie Humaine* — Lib. Felix Alcan, Paris.

CALIXTO (Benedito) — 1895 — *A Vila de Itanhaém* — Tipografia do "Diário de Santos" — Santos.

CALIXTO (Benedito) — 1904 — *Notas e Informações sobre os Sambaquis de Santos e Itanhaém* — Rev. do Museu Paulista, vol. VI — São Paulo.

CALIXTO (Benedito) — 1905 — *Os Primitivos Aldeamentos indígenas e índios Mansos de Itanhaém* — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X.

CALIXTO (Benedito) — 1913 — *Memória Histórica sobre a Igreja e o Convento da Imaculada Conceição de Itanhaém* — Tipografia São José — Santos.

CALIXTO, (Benedito) — 1915 — *Capitania de Itanhaém (Memória Histórica)* — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XX.

CAMPOS (Gonzaga de) — 1926 — *Mapa Florestal do Brasil* — Boletim Geográfico ns. 9,16 e 17 do C. N. G. (1943 e 1944) — Rio de Janeiro .

CARVALHO (Delgado de) — 1923 — *Fisiografia do Brasil* — Série de Conferências — Escola de Administração Militar — Imprensa Militar — Rio de Janeiro.

CARVALHO (M. Conceição Vicente de) — 1944 — *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista* — Tese de Doutorado ainda inédita — Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

CARVALHO (M. Conceição Vicente de) — 1944 — *O Pescador no Litoral do Estado de São Paulo* — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. III — Rio.

CARVALHO (M. Conceição Vicente de) — 1944 — *O Progresso da Cultura e do Comércio da Banana no Litoral Paulista* — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. IV — Rio.

CARVALHO (M. Conceição Vicente de) — 1946 — *O Pescador no Litoral Leste do Estado de São Paulo* — Boletim Geográfico n. 36 do C. N. G. — Rio.

CASTRO (Josué de) — 1947 — *Geografia da Fome* (A Fome no Brasil) — ed. "O Cruzeiro" — Rio.

CHABOT (Georges) — 1948 — *Les Villes* — Col. Armand Colin — Paris.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1920 — Exploração do Litoral — 2.ª Seção — Cidade de Santos à Fronteira do Estado do Paraná.

DEFFONTAINES (Pierre) — 1935 — *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* — Revista "Geografia", ano I, n. 2 da A. G. B. — São Paulo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Dados Provisórios do Censo Demográfico (prédios e população) de 1940 — São Paulo.

ELLIS JR. (Alfredo) — 1944 — *Historia da Civilização Brasileira* — n. 3, Bol. XXXVII, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

FRANÇA (Ary) — 1944 — *Notas sobre a Geografia da Ilha de São Sebastião* — Boletim da A. G. B., n. 5 — São Paulo.

FRANCO (Francisco de A. Carvalho) — 1948 — *Os Capitães-mores de Itanhaém* — Rev. do Arquivo Municipal, ano VI, vol. LXX, setembro — São Paulo.

GOUROU (Pierre) — 1947 — *Les Pays Tropicaux* — Presses Universitaires de France — Paris.

GRANATO (Lourenço) 1913 — *A Cultura da Bananeira* — São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA —
1948 — *Anuário Estatístico Brasileiro* — Rio.

LAMEGO (Alberto Ribeiro) — 1940 — *Restingas na Costa do Brasil* — Bol. n. 96 da Divisão de Geologia e Mineralogia — Departamento Nacional da Produção Mineral — Rio.

LAVEDAN (Pierre) — 1946 — *Géographie des Villes* — Col. Pierre Delfontaines — Paris.

LEME (Alberto Betim Paes) — 1943 — *História Física da Terra* — Ed. F. Briguier e Cia. — Rio.

LEME (Pedro Taques de Almeida Pais) — *História da Capitania de São Vicente* — Ed. Melhoramentos — s/d. São Paulo.

LOFGREN (Alberto) — 1893 — *Contribuição para a Arqueologia Paulista* (Os Sambaquis de São Paulo) — Bol. da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

MADRE DE DEUS (Frei Gaspar da) — 1920 — *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil* — Ed. Melhoramentos — São Paulo.

MAPAS DEMOGRÁFICOS E ECONÓMICOS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO — Século XVIII e XIX — Arquivo do Estado.

MARTONNE (Emmanuel de) — 1934 — *Traité de Géographie Physique* — tomo I — Lib. Armand Colin — Paris.

MARTONNE (Emmanuel de) — 1935 — *A Serra do Cubatão — Comparação com um canto da Cevennes Francesas* — Rev. "Geografia" da A. G. B. ano I, n. 4 — São Paulo.

MEDEIROS (Narciso) — 1935 — *A Bananeira (Instruções práticas para a sua cultura)* — Bol. da Secretaria da Agricultura Diretoria da Publicidade Agrícola — São Paulo.

MEDEIROS (Narciso) — 1937 — *A Cultura da Bananeira* — Bol. n. 3 da Secretaria da Agricultura — Departamento de Fomento da Produção Vegetal — junho, São Paulo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDUSTRIA E COMÉRCIO — 1923 — Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920.

MONBEIG (Pierre) — 1940 — *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* — São Paulo.

MONBEIG (Pierre) — *O Estudo Geográfico das Cidades* — Rev. do Arquivo Municipal — São Paulo — Ano VIII — vol. 73, janeiro de 1941.

MONBEIG (Pierre) — 1949 — *A Divisão Regional do Estado de São Paulo* — Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros — vol. I. 1945-46 — São Paulo.

MORAIS (Rubens Borba de) — 1935 — *Contribuição para a História do Povoamento de São Paulo até fins do Século XVIII* — Rev. "Geografia" — n. 1 da A. G. B. — São Paulo.

MULLER (Daniel Pedro) — 1923 — *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo* — São Paulo 1838 — (Reedição literal).

OLIVEIRA (Américo L. Barbosa de) — 1946 — *Estudos Brasileiros de Economia* — O desenvolvimento planejado da economia brasileira — Fundação "Getúlio Vargas".

OLIVEIRA (A. Ignacio) e LEONARDO (Othon) — 1943 — *Geologia do Brasil* ed. Ministério da Agricultura.

OLIVEIRA (J. J. Machado de) — 1897 — *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o Ano de 1822* — Tipografia Brasil — São Paulo.

PAULA (E. Simões de) — 1934 — *O Caiçara e a Região de Itanhaém* (Contribuição ao Estudo da Geografia Humana Brasileira) — São Paulo.

PINTO (Alfredo Moreira) — 1896 — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil* — Imprensa Nacional — Rio.

PRADO JR. (Caio) — 1935 — *O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo* — Rev. Geografia, da A. G. B., ano 1, n. 3 — São Paulo.

RAWITSCHER (Felix K.) — 1944 — *Algumas Noções sobre a Vegetação do Litoral Brasileiro* — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 5, novembro São Paulo.

RENDON (Gal. Arouche de Toledo) — 1899 — *Relatório sobre a Situação das Aldeias de Índios de São Paulo por Fógos* — Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tomo IV.

SAINT ADOLPHE (Milliet de) — 1875 — *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* — Paris.

SALVADOR (Frei Vicente do) — 1931 — *História do Brasil* — Ed. Melhoramentos — São Paulo.

SCHMIDT (Carlos Borges) — 1934 — *A Cultura Prática da Bananeira Nanica no Litoral Norte Paulista* — São Paulo .

SCHMIDT (Carlos Borges) — 1941 — *Alguns Aspectos da Pesca no Litoral Paulista* — Diretoria da Publicidade Agrícola — Secretaria da Agricultura — São Paulo.

SEREBRENICK (Salomão) — 1942 — *Aspéctos Geográficos do Brasil* — Separata do Bol. "Ministério da Agricultura", novembro de 1943. Rio de Janeiro.

SEREBRENICK (Salomão) — 1945 — *Notas sobre o Clima do Brasil (Clima, a Terra e o Homem)* — Ministério da Agricultura — Serviço de Informação Agrícola.

SETZER (José) — 1946 — *Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo* — Separata atualizada do Bol. "D. E. R.", vols. IX a XI, outubro de 1943 a outubro de 1945 — São Paulo.

SILVEIRA (João Dias da) — 1944 — *Estudos sobre a Evolução da Repartição das Densidades Humanas no Estado de São Paulo* — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. III, 1940.

SILVEIRA (João Dias da) — *Baixadas Litorâneas quentes e Úmidas* — Tese de Concurso ainda inédita — São Paulo, 1950.

SORRE (Max.) — 1943 — *Les Fondements Biologiques de la Géographie Humaine* — Lib. Armand Colin — Paris.

SOUSA (Gabriel Soares de) — 1938 — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* — Col. Brasileira — São Paulo.

TEIXEIRA (Eng. Agr. Edgar Fernandes) — 1947 — *Colheitas e Mercados* — Bol. Informativo do Departamento da Produção Vegetal — Secretaria da Agricultura de São Paulo, ano III, n. 7, julho. "O cultivo da Banana no Litoral Paulista".

TORRES (Francisco Eugenio Magarinos) e MORTERA (Armando) — Atlas pluviométrico do Brasil ((1914-1938)) — Ministério da Agricultura — Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Aguas — Secção de Hidrologia, Bol. n. 5.

BIBLIOGRAFIA CARTOGRÁFICA

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEÓLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1914 — Planta do Litoral do Estado de São Paulo desde a Barra do Rio Guaraú até o Mongaguá — Escala — 1 : 50 000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLOGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1940 — Planta da Cidade de Itanhaém — Escala 1 : 2 000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEÓLOGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1943 — Carta Hipsométrica do Estado de São Paulo — Escala 1 : 1 000 000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEÓLOGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1946 — Mapa do Município de Itanhaém — Escala — 1 : 1 000 000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1947 — Carta Geológica do Estado de São Paulo — Escala 1 : 1 000 000.

ÍNDICE

	<i>Págs.</i>
Sumário	5
INTRODUÇÃO	7
CAP. I — <i>A baixada do Itanhaém e seu quadro natural</i>	11
O litoral paulista e a baixada do Itanhaém	11
O relêvo e a costa	13
A rêde fluvial	14
Característicos do clima	16
A sub-região costeira	18
A baixada interior	21
O quadro natural e a vida humana	23
CAP. II — <i>Povoamento e população</i>	25
As condições geográficas e o povoamento	25
O povoamento antigo	28
A população atual. Os tipos humanos	29
O caiçara, personagem tipo da região	31
O homem do bananal	37
CAP. III — <i>A “vila” de Itanhaém</i>	41
Itanhaém e seu sítio urbano	41
Uma visão do passado	43
Itanhaém de nossos dias	48
CAP. IV — <i>A economia regional</i>	55
Uma vida econômica modesta	55
A cultura da banana no litoral paulista	56
A cultura da banana na baixada do Itanhaém	59
A cultura da banana e a técnica agrícola regional	62
CONCLUSÕES	68
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	70
ÍNDICE	75

Pede-se permuta

Pidese canje

We ask for exchange

On demande l'échange

Man bittet um Austausch

Si richiede lo scambio

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da
Universidade de São Paulo

Rua Maria Antônia, 294 — 2.º

Caixa Postal N.º 8.105

SÃO PAULO
Brasil